

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Ten Cel Cav IGOR PIE DE SOUZA **PINGUELLI**

**Evolução Histórica da Participação do Brasil em
Operações de Paz, de Suez ao Haiti.**



Rio de Janeiro
2020

Ten Cel Cav IGOR PIE DE SOUZA **PINGUELLI**

Evolução Histórica da Participação do Brasil em Operações de Paz, de Suez ao Haiti.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Ten Cel Inf EDUARDO TEIXEIRA COSTA MATTOS

Rio de Janeiro
2020

P653e Pinguelli, Igor Pie de Souza

Evolução Histórica da Participação do Brasil em Operações de Paz, de Suez ao Haiti. / Igor Pie de Souza Pinguelli. —2020.
67 f. ; 30 cm.

Orientação: Eduardo Teixeira Costa Mattos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
Bibliografia: f. 65-67.

1. MISSÃO DE PAZ. 2. SUEZ. 3. HAITI. 4. OPERAÇÕES DE PAZ. I. Título.

CDD 355.4

Ten Cel Cav IGOR PIE DE SOUZA **PINGUELLI**

Evolução Histórica da Participação do Brasil em Operações de Paz, de Suez ao Haiti.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Eduardo Teixeira Costa Mattos – Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Francisco Eduardo Cavalcante Holanda – Ten Cel Cav - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Augusto Schenini Cunha Junior – Ten Cel Cav - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Ana Carolina e minhas filhas Bianca e Beatriz, pelo apoio e compreensão durante a execução desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por permitir que eu chegasse até aqui, possibilitando a realização do presente estudo.

A minha família, por me apoiar e incentivar em todos os momentos e pela paciência nas horas em que tive que me privar de seu convívio para fazer pesquisas e escriturar este trabalho.

A meus pais por toda educação me deram, permitindo que chegasse ao ponto de aprendizagem que me encontro agora, sempre sem medir esforços e com orientações extremamente pertinentes e produtivas.

Ao meu orientador, Ten Cel Costa Mattos, pela dedicação e paciência que teve comigo e pela forma serena e oportuna com que conduziu este trabalho.

Ao Ten Cel Sodré, pela disponibilidade e boa vontade, somadas às orientações exatas em momentos de dúvidas quanto a métodos de pesquisa, escrituração ou análise de dados.

A D. Leocy e a Cinthia Sodré, extensivo à família (João e Malu), um agradecimento especial, pois no instante em que precisei me concentrar mais tempo na execução deste trabalho, cuidaram e ampararam meu bem mais precioso, minha família, possibilitando que eu me concentrasse em minha pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho pretende compilar ensinamentos colhidos pelo Exército Brasileiro em Operações de Paz da ONU, que envolveram tropa composta. Desta forma elencou-se as missões de Suez (UNEF I), de Moçambique (ONUMOZ), de Angola (UNAVEM III) e do Haiti (MINUSTAH) como objetos a serem analisados. Inicialmente se aponta os aspectos históricos e legais que permeiam o funcionamento das missões de paz sob a égide da ONU. Em seguida se apresenta os históricos e ensinamentos colhidos em cada uma das missões elencadas. Toma-se como ponto de partida a missão de Suez, pois foi a primeira vez em que a ONU usou do componente militar constituído para realizar uma missão de paz e, nesse evento, teve considerável participação do Exército Brasileiro. Após isso, busca-se entrar em ordem cronológica com os dados das missões de Moçambique, Angola e Haiti, para que se possa, ao final do trabalho, evidenciar a evolução do Exército Brasileiro em relação à Doutrina e participação em missões de paz da ONU, bem como perceber a necessidade de se manter ativo em operações desta natureza. Termina-se com a missão do Haiti, por ser esta a de aparente maior sucesso e com a maior gama de evoluções para a preparação e emprego do Exército Brasileiro em missões de paz e em cenários internacionais. Acredita-se que ao final do trabalho fica evidente a necessidade de se manter o Exército Brasileiro participando de missões de paz com tropas constituídas.

PALAVRAS-CHAVE: Missões de Paz; Operações de Paz; MINUSTAH; UNAVEM; ONUMOZ; UNEF I; Haiti; Suez; Moçambique; Angola.

RESUMEN

El presente trabajo pretende recopilar las lecciones aprendidas por el Ejército de Brasil en las Operaciones de Mantenimiento de la Paz de la ONU, que involucraron tropas compuestas. De esta forma las misiones de Suez (UNEF I), Mozambique (ONUMOZ), Angola (UNAVEM III) y Haití (MINUSTAH) fueron catalogadas como objetos a analizar. Inicialmente, se señalan los aspectos históricos y legales que permean el funcionamiento de las misiones de paz auspiciadas por la ONU. Luego se presentan las historias y lecciones aprendidas de cada una de las misiones enumeradas. Se toma como punto de partida la misión de Suez, ya que fue la primera vez que la ONU utilizó el componente militar constituido para llevar a cabo una misión de mantenimiento de la paz y, en este evento, tuvo una participación considerable del Ejército de Brasil. Posteriormente, se busca ingresar en orden cronológico con datos de las misiones de Mozambique, Angola y Haití, para que, al final del trabajo, sea posible presentar la evolución del Ejército Brasileño en relación a la Doctrina y participación en misiones de paz de la ONU, además de eso, darse cuenta de la necesidad de mantenerse activo en operaciones de esta naturaleza. Finaliza con la misión de Haití, por ser ésta la de mayor éxito aparente y de mayor rango de desarrollos para la preparación y empleo del Ejército Brasileño en misiones de paz y en escenarios internacionales. Se cree que al final de la obra, es evidente la necesidad de mantener al Ejército Brasileño participando en misiones de paz con tropas constituidas.

TÉRMINOS CLAVE: Misiones de Paz; Operaciones de paz; MINUSTAH; UNAVEM; ONUMOZ; UNEF I; Haití; Suez; Mozambique; Angola.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 | METODOLOGIA..... | 12 |
| 2.1 | TIPO DE PESQUISA..... | 12 |
| 2.2 | UNIVERSO E AMOSTRA..... | 12 |
| 2.3 | COLETA DE DADOS..... | 13 |
| 2.4 | TRATAMENTO DOS DADOS..... | 13 |
| 2.5 | LIMITAÇÕES DO MÉTODO..... | 13 |
| 3 | AS MISSÕES DE PAZ | 13 |
| 3.1 | HISTÓRICO..... | 13 |
| 3.2 | REGULAMENTAÇÃO..... | 15 |
| 4 | O BATALHÃO SUEZ | 18 |
| 4.1 | ASPECTOS GERAIS..... | 18 |
| 4.2 | A MISSÃO | 19 |
| 4.3 | TROPA EMPREGADA, PREPARAÇÃO E EMPREGO | 20 |
| 4.4 | CONCLUSÕES PARCIAIS | 24 |
| 5 | MOÇAMBIQUE (ONUMOZ) | 25 |
| 5.1 | ASPECTOS GERAIS | 25 |
| 5.2 | A MISSÃO | 28 |
| 5.3 | TROPA EMPREGADA, PREPARAÇÃO E EMPREGO | 30 |
| 5.4 | CONCLUSÕES PARCIAIS | 35 |
| 6 | A UNAVEM III (ANGOLA) | 37 |
| 6.1 | ASPECTOS GERAIS | 37 |
| 6.2 | A MISSÃO | 42 |
| 6.3 | TROPA EMPREGADA, PREPARAÇÃO E EMPREGO | 44 |
| 6.4 | CONCLUSÕES PARCIAIS | 50 |
| 7 | MISSÃO DO HAITI (MINUZTAH) | 51 |
| 7.1 | ASPECTOS GERAIS | 51 |
| 7.2 | A MISSÃO | 55 |
| 7.3 | TROPA EMPREGADA, PREPARAÇÃO E EMPREGO | 57 |
| 7.4 | CONCLUSÕES PARCIAIS | 62 |
| 8 | CONCLUSÕES | 63 |

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará uma análise histórica das missões de paz que tiveram participação de tropas do Exército Brasileiro, desde Suez (1956 a 1967) até o Haiti (2004 a 2017).

Após a II Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu como órgão internacional responsável pela manutenção da paz, impedindo que evento de tamanha proporção voltasse a ocorrer no mundo. Sua origem vem da Carta das Nações Unidas, de 1945, que traz em seu preâmbulo:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla.
E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

As Operações de Paz (Op Paz) são o principal instrumento usado pela ONU para manutenção da paz mundial. Desde 1948, a condução destas operações, visam manter a estabilidade do ambiente, em locais que ameaçavam desequilibrar a harmonia do globo. Ainda que não tenham sido idealizadas na Carta das Nações Unidas, são uma realidade cada vez mais presente no cenário mundial, o que se justifica pelo aumento considerável de missões de paz após a década de 1990. Rodrigues e Migon (2017), citando Rezende e Azevedo (2011), elencam da seguinte forma:

Assim, em 16 de junho de 1945, firmou-se a Carta das Nações Unidas na Conferência de São Francisco. Esse documento conferiu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a responsabilidade pela preservação da paz e da segurança internacionais. Nesse escopo, mesmo não tendo sido prevista na Carta de São Francisco, as operações de paz (OPs) foram idealizadas pela ONU e se tornaram o principal instrumento da organização para a manutenção da paz internacional (REZENDE; AZEVEDO, 2011).

O Brasil, incluído no sistema ONU, colaborou com inúmeras missões de paz, tendo como um marco inicial o envio de tropas para o Sinai, com o Batalhão

Suez, entre 1956 e 1967. Para este trabalho abordaremos as missões de paz, coordenadas pela ONU, em que o Brasil participou com envio significativo de tropa. Podemos citar: a UNEF I, missão em Suez (1956); a ONUMOZ, missão para pacificação em Moçambique (1992); a UNAVEM III, missão de paz em Angola (1995); e a MINUSTAH, missão para pacificação do Haiti (2004).

Quando se fala em Op Paz, pode-se dividi-las em 5 gerações, conforme o fez Kai Michael Kenkel, em seu trabalho, Cinco Gerações de Operações de Paz: de “tênue linha azul” a “pintar um país de azul”. As gerações das operações de paz são um conceito que visa a agrupar as missões da ONU em tempo e especificidade, para dar uma melhor compreensão à evolução destas durante suas existências. O autor elenca cinco gerações: a 1ª Geração é a que fazia a manutenção tradicional da paz; a 2ª Geração é a que inclui tarefas civis às operações; a 3ª Geração é da imposição da paz; a 4ª Geração é a que trabalha a construção da paz; e a 5ª Geração, que ainda é incipiente, é a que envolve missões híbridas.

As gerações são divididas com base em três fatores principais: o nível de força usado pelo pilar militar das operações; o tipo e a profundidade das tarefas conduzidas por seu pilar civil; e, no caso da última geração, maior compartilhamento de carga da ONU com organizações regionais. Em termos gerais, à medida que progrediram nas gerações, as operações de paz da ONU passaram de uma posição reativa que busca congelar ou paralisar conflitos para uma que seja proativa e procure influenciar seu resultado. (KENKEL,2013)

O caso de Suez e a participação brasileira no Haiti, caracterizam pontos de inflexão, configurando mudanças nestas gerações, conforme relataremos neste trabalho. Por isso, servirão, os dois eventos, de limites para a análise histórica que se seguirá.

A proposta deste estudo é fazer um apanhado de ensinamentos sobre as principais missões da ONU, com participação de tropa brasileira constituída, levantando as principais contribuições e dificuldades passadas, a fim de estabelecer um *link* com o futuro. No final do estudo pretende-se verificar o quão pertinente é, para o Brasil, manter-se enviando tropas para Op Paz.

Nas últimas décadas, desde o governo Dilma, o Brasil vem pleiteando uma participação mais efetiva na ONU. Isso leva à necessidade de dimensionar qual o tamanho da cadeira que o país pode ocupar neste órgão internacional.

As missões de paz são um enlace de sucesso do Brasil com a ONU. Pioneirismo em Suez e capacidade de interação amigável com a população do país

apoiado, ocorrida no Haiti, colocam o país em posição de destaque junto à organização. Desta forma, o estudo das operações passadas pode ajudar a dimensionar o exato emprego que pode ser dado ao Brasil em intervenções futuras.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: determinar qual a viabilidade da participação futura do Brasil em missões de paz, envolvendo tropas constituídas. Para tal, buscar-se-á compactar ensinamentos adquiridos em experiências anteriores de missões de paz para determinar a pertinência de participações futuras.

O presente estudo estará limitado às principais participações de tropas brasileiras constituídas, em operações de paz da ONU. Isto se dá pelo fato de ser a ONU o principal cliente brasileiro quando se fala de operações de paz. Além disso, elas vêm se tornando uma realidade no mundo pós Guerra Fria. Conforme estudo feito por Rodrigues e Migon (2017,p.11), percebe-se que o número de missões de paz aumentou exponencialmente durante a década de 1990, logo após o final do conflito bipolar. (RODRIGUES;MIGON,2017)

A intervenção precoce, visando evitar um conflito global, está presente na doutrina militar mundial da atualidade. Missões de manutenção e imposição da paz são cada vez mais frequentes. O aumento de distúrbios interestatais, gerando desestabilizações locais que podem influenciar e interferir em Estados vizinhos, contribui para este aumento de frequência.

O Brasil, seguindo o cenário global e atendendo aos anseios da ONU, organismo do qual é membro, participa de missões deste tipo. Desde 1956, com a UNEF I até os dias de hoje, já foram inúmeras missões, sendo algumas com envio de grandes efetivos e tropas nacionais constituídas. O estudo destas operações pode colaborar com a participação em missões futuras, facilitando planejamentos e definindo quais os cenários que melhor se adequam às intenções e características da nação brasileira. Desta forma, reunir ensinamentos em um só trabalho histórico, ajuda a estabelecer elos entre as diversas participações, que possam orientar tomadas de decisões futuras.

Além disso, a escolha por abordar missões com grandes efetivos tende a trazer maior quantidade de ensinamentos, pois pode abranger aspectos táticos, técnicos, operacionais e logísticos que facilitem

intervenções posteriores. Por isso a escolha das missões da UNEF I, ONUMOZ, UNAVEM III e MINUSTAH.

Espera-se, com o estudo, atender à necessidade de compilar dados relevantes sobre a série de missões, que ajudem a decisões do Comando do Exército e Ministério da Defesa. Isso será possível através da concentração de conhecimentos anteriores, ajudando em pesquisas relativas ao tema, para elaboração de diretrizes e planejamentos futuros.

2. METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação, sobre as missões de paz que envolveram tropas constituídas pelo Brasil, feita em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo do presente estudo são publicações, documentos e trabalhos referentes aos temas: missões de paz, operações de paz, ONU, Batalhão de Suez, UNAVEM, ONUMOZ, MINUSTAH e Brasil na ONU.

A busca será feita junto a órgãos públicos e ao Exército Brasileiro, incluindo a rede internacional digital. O EB Conhecer e o EBusca serão ferramentas amplamente utilizadas, para se obter acesso aos bancos de dados dos órgãos federais que possuam acervo sobre o tema.

As amostras utilizadas serão trabalhos e documentos referentes à participação brasileira nas missões de Suez, Moçambique, Angola e Haiti.

2.3 COLETA DE DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército) (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio da

coleta na literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, serão levantadas as fundamentações teóricas para a solução do problema levantado.

2.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército) (2012), o método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórica necessária à solução do problema proposto.

2.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses, o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no Projeto de Pesquisa.

3. AS MISSÕES DE PAZ

3.1 HISTÓRICO

Desde sua criação, a ONU elencou como pilares base a manutenção da paz e segurança internacionais, a promoção ao desenvolvimento global das nações e a garantia dos direitos humanos a todos os cidadãos do mundo. Tais objetivos deram à organização uma abrangência global sobre os assuntos.

A partir de 1948, apenas 3 anos após seu surgimento, o organismo passou a intervir no sistema internacional, buscando a manutenção da paz mundial. Estas intervenções se deram por meio de missões de paz. Estas missões, originalmente,

buscaram não fazer uso do componente força, mas com o passar dos anos acabaram por necessitar de componentes militares que dessem sustentação às suas ações.

Em sua primeira atuação, a ONU viu-se em meio à Guerra Árabe-Israelense, aonde enviou cerca de 120 homens desarmados para tentar estabelecer a paz na região. A este esforço deu-se o nome de Organização de Supervisão da Trégua das Nações Unidas (UNTSO). Com isso estabeleceu-se a porta de entrada da organização no gerenciamento de conflitos e controvérsias que pudessem desestabilizar a paz do sistema internacional.

Em seguida, já em 1949, a criação do Grupo Observador Militar das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNMOGIP) estabeleceu formação semelhante com a da UNTSO para tratar a paz entre estes dois países. Porém, a primeira operação de manutenção de paz, com participação efetiva de um componente militar armado, foi a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), que foi realizada no Oriente Médio, em 1956, para acabar com a Crise de Suez. Desta missão fizeram parte soldados brasileiros, marcando, assim, o início da participação do Brasil em missões de paz de grande vulto, o que levou o país a lugar de destaque no cenário internacional.

A Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), iniciada em 1960, foi a primeira missão de grande escala, com aproximadamente 20 mil militares. A partir desta missão as missões de paz passaram a ter um maior destaque no âmbito das Nações Unidas. Com uma presença mais efetiva como responsável pela conservação da paz mundial, a ONU, em 1988, recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Este prêmio teve especial destaque para a participação da UNEF, incluindo o Batalhão Suez (brasileiro), no Oriente Médio.

O crescimento da demanda internacional exigiu a criação de um departamento responsável por gerenciar as missões de paz. Entre 1989 e 1994, o Conselho de Segurança autorizou novas missões, aumentando o número de soldados da paz de 11 mil para 75 mil. Deste modo, o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO) passou a existir em 1992. Isso consolidou a importância das operações de paz para a organização e para o sistema internacional.

A partir da década de 90 uma série de conflitos passaram a exigir cada vez mais das operações. Alguns insucessos como na Somália, em 1993, em Ruanda, na Missão de Assistência da ONU para Ruanda (UNAMIR), em 1994, e na Iugoslávia, com a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), em 1995, não tiveram

forças para suplantar as ações exitosas como as operações que iam de Kosovo até o Sudão do Sul e do Haiti até o Timor-Leste.

As operações de paz viraram uma constante da ONU e, como não podia deixar de ser, interesse de seus países membros. Desta forma, o Brasil também se dedicou ao tema, participando de missões como Suez, Líbano, Moçambique, Angola, Timor e Haiti. Com isso, o país conseguiu o alinhamento com os interesses internacionais e indiscutível respeito perante os componentes militares de todo o mundo.

A ONU, hoje, expandiu suas operações, que saíram de uma equipe militar desarmada para uma cadeia complexa de tarefas multidimensionais que visam a garantia da implementação de uma base para uma paz sustentável e acordos abrangentes. Isso tem sido feito de forma progressiva em casos de guerra civil, com a contribuição na construção de instituições, no monitoramento dos direitos humanos, na reforma do setor de segurança, e ajudando a desarmar e reintegrar ex-combatentes. Desta forma, já se pode elencar as 5 gerações de missões de paz mencionadas na introdução deste trabalho.

Todo este histórico levou ao aumento da importância da observância dos aspectos legais atinentes a ações internacionais, visando assim a limitação do uso da força e a legitimidade das operações. Com isso, o entendimento da Carta da ONU passou a ser fator de estudo em todas as nações membro, inclusive no Brasil, e se faz pertinente para o correto entendimento de quais são os alcances e limitações que se pode ter em uma operação de paz.

3.2 REGULAMENTAÇÃO

A Carta da ONU prescreve, em seu Art 1º, os propósitos que levaram à criação da organização. No item 1, especifica como primeiro destes a manutenção da paz e da segurança internacional.

Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Pode-se perceber, que há a intenção de que todos os países membros ajam para que a paz e a segurança sejam mantidas, tomando medidas necessárias para

qualquer perturbação à estabilidade do sistema internacional. A princípio, isso deve ser feito por meios pacíficos e, sempre, em conformidade com a justiça internacional.

Ainda são propósitos elencados na Carta das Nações Unidas: desenvolver relações amistosas entre as nações, obedecendo ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos; desenvolver, no cenário internacional, os caracteres econômico, social, cultural e humanitário, estimulando o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e conseguir a harmonia entre as nações.

Já em seu Art 2º, no item 6, a Carta diz o seguinte:

A Organização fará com que os Estados que não são membros das Nações Unidas ajam de acordo com esses Princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Desta maneira, a Carta viabiliza a inclusão dos Capítulos VI e VII, que tratam das formas de intervir para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Seguindo na mesma linha, o Art 11, no seu item 2, descreve como a Assembleia Geral, um de seus órgãos, deve agir em casos de instabilidade no tocante à paz mundial.

A Assembleia Geral poderá discutir quaisquer questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, que a ela forem submetidas por qualquer membro das Nações Unidas, ou pelo Conselho de Segurança, ou por um Estado que não seja membro das Nações unidas, de acordo com o artigo 35, parágrafo 2, e, com exceção do que fica estipulado no artigo 12, poderá fazer recomendações relativas a quaisquer destas questões ao Estado ou Estados interessados, ou ao Conselho de Segurança ou a ambos. Qualquer destas questões, para cuja solução for necessária uma ação, será submetida ao Conselho de Segurança pela Assembleia Geral, antes ou depois da discussão. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Observa-se que a Assembleia submete a questão ao Conselho de Segurança e este que decide como atura e se atuar. Cabe destacar que a Assembleia não emite qualquer recomendação sobre o tema, enquanto este estiver sendo tratado pelo Conselho de Segurança. Isso fica explícito no Art 12 da Carta.

1. Enquanto o Conselho de Segurança estiver exercendo, em relação a qualquer controvérsia ou situação, as funções que lhe são atribuídas na presente Carta, a Assembleia Geral não fará nenhuma recomendação a respeito dessa controvérsia ou situação, a menos que o Conselho de Segurança a solicite.
2. O secretário-geral, com o consentimento do Conselho de Segurança, comunicará à Assembleia Geral, em cada sessão, quaisquer assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que estiverem sendo tratados pelo Conselho de Segurança, e da mesma maneira dará conhecimento de tais assuntos à Assembleia Geral, ou aos membros das Nações Unidas se a Assembleia Geral não estiver em sessão, logo que o

Conselho de Segurança terminar o exame dos referidos assuntos. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Outro órgão da ONU, o Conselho de Segurança, já mencionado acima, é o principal responsável pela preservação paz mundial. Conforme o Atr 24 da Carta, segue-se o seguinte:

A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Os capítulos VI e VII da Carta são os que tratam das principais missões de paz que se podem ver pelo mundo. No capítulo VI é regulamentada a solução pacífica de controvérsias entre países ou atores internacionais. O capítulo VII trata do modo como a ONU imporá solução a controvérsias, que possam afetar a paz do sistema internacional, a atores que não chegam a um consenso. Com isso, ficam estabelecidos os parâmetros para negociação ou imposição da paz.

Sobre o capítulo VI cabe destacar seu Art 33, onde se explica as formas pelas quais pode-se chegar a soluções pacíficas de uma controvérsia. Neste caso, entende-se que as partes conflitantes entendem e aceitam a intervenção da ONU, admitindo a participação do órgão na condução de suas contendas.

Artigo 33

1. As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a organismos ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.

2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Já no capítulo VII, em seus artigos 41 e 42, explica-se como serão as medidas adotadas para impor a paz a contendores que não chegam a um acordo comum. Neste caso a ONU admite o uso do componente força e, inclusive, a possibilidade de ser necessária uma ação militar efetiva.

Artigo 41

O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42

No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e

efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos membros das Nações Unidas. (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945)

Dessa maneira, conclui-se, a respeito da regulamentação, que a paz do sistema internacional é um objetivo da ONU e que seus membros farão o possível para manter a estabilidade deste sistema. Para isso, poderão empregar medidas pacíficas ou usar a força, evitando um agravamento de contendas internacionais. Com isso, gera-se duas possíveis modalidades de missões de paz, aquelas em que há consentimento por parte dos controversos de que a ONU pode intervir e aquelas em que não há este consentimento e, por isso, a ONU necessitará usar a força. Desta forma, torna-se mais interessante ao Brasil, devido aos riscos e ao perfil pacífico da nação, a participação em missões em que há consentimento do país que está sob intervenção da ONU.

4. O BATALHÃO SUEZ (UNEF I)

4.1 ASPACTEOS GERAIS

O Oriente Médio é uma região de encontro de 3 continentes, Ásia, África e Europa. Em sua porção NE, possui o Canal de Suez, que liga o Mediterrâneo ao Mar Vermelho, tendo de um lado a Península do Sinai e do outro o restante do Egito. Região dominada pelo clima seco e com frequentes tempestades de areia, uma importante rota para o fluxo de petróleo mundial.

Berço de civilizações e religiões, o Oriente Médio passou pelo domínio turco-otomano e pelo controle franco-britânico. Com forte influência do acordo de Sykes-Picot, se viu em constantes conflitos ao passar dos tempos. O surgimento de Israel, em 1948, potencializou a maior divergência existente na região, entre judeus e árabes. Como um enclave de ideias ocidentais, em meio a um mundo majoritariamente muçulmano e árabe, Israel passou a lutar por sua sobrevivência como Estado Nação.

Em 1952, Gamal Abdal Nasser assumiu o controle do Egito, após um golpe de Estado, prometendo a expansão e controle sobre o mundo árabe. Tal postura se agravou quando, em 1956, tentou nacionalizar o Canal de Suez. Tal medida levou os ingleses e franceses a se indignarem e se alinharem contra o Egito. Aproveitando esta insatisfação, Israel desencadeia a invasão da Faixa de Gaza e da Península do Sinai,

tendendo a conquistar o canal e crendo que encontraria apoio dos dois países ocidentais. Contudo, Inglaterra e França sofreram a influência da ONU e, temendo ações nucleares por parte de soviéticos e estadunidenses, não se alinharam à iniciativa israelense, dando um ultimatum aos dois países que estavam em guerra, orientando para que cessassem as ações militares e se afastassem do Canal de Suez. (COUTINHO, 1979)

Face ao empasse e diante da instabilidade mundial causada, a ONU decidiu intervir e ordenou, por ação do Conselho de Segurança, a retirada imediata de tropas inglesas e francesas da região e o retraimento dos israelenses a sua fronteira inicial. Para assegurar a execução das ordens, estabeleceu sua primeira missão de paz com tropas formadas, a UNEF I, da qual fez parte um contingente brasileiro. (COSTA, 1981)

4.2 A MISSÃO

A UNEF I surgiu com a missão precípua de "GARANTIR E SUPERVISIONAR A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES". Como conceito devia agir só em legítima defesa, tinha liberdade de trânsito pelos territórios beligerantes e seria formada por países voluntários. Por tanto, apresentaram-se 24 nações voluntárias a compor os contingentes, sendo que 10 foram selecionadas. A seleção dos países seguiu a critérios de preparo e condições de emprego, mas era pré-requisito não ter nenhum interesse na área de operações. Com isso, o Canadá recebeu o comando da missão que contava, ainda, com Brasil, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia. Por razões diversas, Colômbia, Finlândia e Indonésia se retiraram posteriormente. (COUTINHO, 1979)

Quanto à transitabilidade pelos territórios dos países beligerantes, Israel não permitiu a entrada da UNEF I, ficando com livre acesso apenas o espaço egípcio. Contudo as áreas invadidas foram desocupadas e coube às tropas da ONU o patrulhamento desta região. A Linha de Demarcação de Armistício, de 1949, ficou sendo o limite de emprego das tropas, tendo o Batalhão Suez que patrulhar parte dela. Márcio Seixas, dublador de filmes brasileiro, foi soldado do 17º contingente e relatou a missão da seguinte forma:

"Nossa rotina seguia absolutamente igual de segunda a segunda-feira. Caminhávamos na areia fofa da área, passávamos por pequenas dunas e eventualmente, devido ao cansaço, deitávamos na areia por uns 20 minutos.

O único ruído que ouvíamos eram os “gritinhos” dos chacais.” (Batalhão Suez: a História do Brasil na Primeira Missão de Paz da ONU, canal Sala de Guerra, no YouTube)

Dois oficiais brasileiros chegaram a compor o comando da missão como um todo, o Gen Paiva Chaves em 1964 e o Gen Sizen Sarmento em 1965. Em 1967, face à eminência da Guerra dos Seis Dias, o contingente canadense também chegou a abandonar o local, deixando os brasileiros com o controle da Radaph Camp, base logística da UNEF.

A missão, em síntese, ficou a seguinte: "GARANTIR E SUPERVISIONAR A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES", devendo para isso:

- retirar tropas inglesas, francesas e israelenses do território egípcio;
- interpor-se entre os beligerantes, na linha de fronteira, a fim de impedir os choques armados, vigiando a Linha de Demarcação de Armistício (LDA) e a Fronteira Internacional (FI) entre o Egito e Israel; e
- guarnecer SHARM-EL-SHEIK, no Estreito de TJRÃ e na entrada do Golfo de ÁCABA.

A missão durou de 1956 a 1967, sendo extinta face ao início da Guerra dos Seis Dias, entre Israel e Egito. O Brasil ficou até o final, mesmo após comunicado do líder egípcio, que recomendava a retirada das tropas da ONU da região, e a saída de vários outros países da missão, inclusive o Canadá. Tal fato permitiu que israelenses atacassem as bases e rendessem a tropa, culminando com a morte do cabo Carlos Alberto Ilha e a captura de todo o 20º contingente brasileiro. (COSTA, 1981)

4.3 TROPA EMPREGADA, PREPARAÇÃO E EMPREGO

Como já visto, as tropas eram compostas por 10 nações. O Canadá era o responsável pelo comando e logística da missão. Seu efetivo era compatível com uma brigada, cerca de 6000 homens, porém este efetivo variava um pouco a cada contingente. A composição era de 4 Batalhões de Infantaria (Brasil, Suécia, Índia e Dinamarca/Noruega), 1 Batalhão de Cavalaria de Reconhecimento (Iugoslávia), 1 Batalhão Logístico (Canadá), 1 Esquadrão de Cavalaria de Reconhecimento (Canadá), 1 Companhia de Engenharia (Canadá) e 1 Unidade Aérea Leve (Canadá).

O Decreto Legislativo nº 61, de 22 de novembro de 1956, assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek, determinou que o III Batalhão, do 2º Regimento de

Infantaria, sediado no Rio de Janeiro, prepararia e comporia a tropa a ser levada a Suez. A Unidade recebeu autonomia administrativa, passando a chamar-se, inicialmente, de Batalhão Expedicionário, e depois, com a chegada do primeiro contingente ao Egito, de Batalhão Suez. (COSTA, 1981)

Para os contingentes seguintes foram chamados reservistas de 1ª categoria que tinham dado baixa no ano anterior. O efetivo variou entre 450 e 600 homens durante toda a missão. (COUTINHO, 1979)

O mesmo autor também aponta que os oficiais e sargentos eram selecionados por critérios técnicos e perfil profissiográfico, além de necessitarem ter conhecimento do idioma inglês. Os cabos e soldados eram escolhidos por critérios físicos, dentre os alfabetizados, solteiros e sem filhos. Juntas foram montadas em capitais de estados, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Só em 1965 os critérios passaram a incluir capacidades específicas visando a missões desempenhadas em Suez.

A organização era de um Batalhão de Infantaria com três Companhias de Fuzileiros, uma Companhia de Comando e Serviço e um Pelotão de Polícia do Exército. Só a partir de 1966 foi que o Estado-Maior passou a contar com três oficiais intérpretes, que vieram preencher uma lacuna importantíssima para o nosso relacionamento com as outras Forças. O efetivo empregado variou de 450 a 600 homens conforme os contingentes empregados. (COSTA, 1981)

A missão recebida pelo Batalhão Brasileiro estava inserida no contexto daquela atribuída à UNEF, ou seja, "Garantir e supervisionar a cessação das hostilidades na área, dentro do seu setor, bem como interpor-se entre os beligerantes, a fim de evitar violações e choques armados." (COUTINHO, 1979)

COUTINHO (1979) também aponta que normalmente, o Batalhão Brasileiro tinha (2 duas) Companhias na LDA e FI e uma na segurança do Campo Brasil, onde estavam as instalações do PC e logísticas. Entretanto, face a outros encargos recebidos no decorrer do cumprimento da missão, havendo, em consequência, alteração no setor de responsabilidade atribuído, inicialmente, ao Batalhão Brasileiro, o seu dispositivo foi alterado por diversas vezes na LDA e na FI.

Precedido por um destacamento precursor, o primeiro contingente embarcou no navio-transporte Custódio de Mello que chegou a Port Said em 2 de fevereiro de 1957. Incorporado a UNEF I, deslocou-se para El Ballah, nas margens do Canal de Suez, ficando em reserva e executando missões de segurança das instalações

deixadas pelos britânicos e franceses. À medida que os israelenses retraíram, nosso Batalhão ocupou diversas posições, sempre na direção da Faixa de Gaza: El Arish, El Kuntila, Dir-El-Balah, Gaza. Finalmente retraiu para Rafah onde permaneceu por dez anos com seu aquartelamento passando a chamar-se de Campo Brasil. (COSTA, 1981)

Segundo COUTINHO (1979), a missão pode ser dividida em quatro períodos, onde há uma variação de efetivo empregado. Contudo, o maior período é o que o Batalhão ficou em Rafah, entre a chegada à GAZA e 1964, a composição era a seguinte:

(1) Em RAFAH - Cmdo Btl, Cia Cmdo Sv, 8ª Cia Fzo e demais instalações de apoio do Campo Brasil.

(2) Ao longo da Linha demarcação de Armistício

(a) 9ª Cia Fzo (- 2º e 3º Pel) - Campo Rio de Janeiro.

(b) 2º/9ª Cia Fzo - Campo Guanabara.

(c) 3º /9ª, Cia Fzo - Campo Paraná

(d) 7ª Cia Fzo (- 2º e 3º Pel) - Campo Minas Gerais

(e) 2º/7ª Cia Fzo - campo Santa Catarina

(f) 3º/7ª Cia Fzo - Campo Rio Grande do Sul

O primeiro contingente foi formado por soldados já incorporados e que se encontravam em serviço ativo. Posteriormente, se adotou o sistema de convocação de reservistas que, depois de selecionados, serviriam por um ano, aproximadamente.

Os primeiros contingentes foram formados com praças da 1ª Divisão de Infantaria. Mais tarde, essa forma de seleção passou a ser efetuada pelo sistema de rodízio entre os Exércitos. SÃO PAULO, BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, e RECIFE foram, além do RIO DE JANEIRO, sedes do III/2º RI. Os Oficiais e Sargentos, desde o início, eram selecionados em âmbito nacional. (COUTINHO, 1979)

A seleção dos oficiais e sargentos era feita em âmbito nacional, dando preferência aos que tinham conhecimento do idioma inglês. A seleção dos contingentes de cabos e soldados foi regional, através da convocação de reservistas que serviriam pelo prazo de um ano. Vigor físico, preparo intelectual e boa formação moral, foram os requisitos indispensáveis para que os aprovados pudessem bem representar o nosso país. A partir de 1965 os integrantes dos contingentes passaram a ser selecionados dentro de um critério mais objetivo, no que respeita a funcionalidade. (COSTA, 1981)

Dentro do programa de instrução, os homens eram preparados para a missão dentro dos aspectos inerentes ao seu trabalho na Fronteira árabe-israelense. O treinamento de patrulhas, os exercícios de tiro e a Ordem Unida, faziam parte de 70% da instrução ministrada no BRASIL. (COUTINHO, 1979)

COSTA (1981) diz que quando da preparação do contingente oficiais e praças tiveram instruções sobre o FAL 7,62mm, enquanto na Faixa de Gaza o armamento era o Mosquetão. Faltou, portanto, um preparo objetivo e específico que aliado ao completo desconhecimento da área, das dificuldades no uso da língua inglesa e ainda o sistema administrativo canadense, muitas vezes tornaram-se em entraves para uma melhor participação dos contingentes brasileiros.

Já COUTINHO (1979) diz o seguinte: o armamento utilizado pela tropa integrante do Btl SUEZ, desde o início da missão, sempre foi aquele utilizado, na época, pelos nossos homens no BRASIL. Os oficiais usavam pistola ou revolver .45, os sargentos a Mtr INA e os cabos e soldados o nosso FO 1908. As armas coletivas eram a Mtr .50 e a .30 Browning, o Mrt 60 e o Lç Rj 2.36.

No primeiro contingente, o destacamento precursor, 50 oficiais e 40 praças, deslocou-se de avião para inteirar-se melhor da missão e da área de operações. O restante do contingente seguiu de navio, a bordo do Custódio de Melo, a partir de 1965 os contingentes foram, como um todo, transportados de avião. Foram efetuados rodízios de seis em seis meses, o que amenizou o problema do preparo, uma vez que apenas 50% da tropa era substituída, sendo a instrução complementada utilizando os ensinamentos dos que ficavam. Assuntos como Serviços de Patrulhamento na LDA e FI, Vigilância e Observação, Normas Gerais de Ação da FENU, Minas e Armadilhas, Armamento, Combate a Incêndio, foram dispensados cuidados especiais. (COSTA, 1981)

O Batalhão, primeiramente, recebeu a missão de vigiar uma faixa de 20 km, com duas Cia Fzo, estas dispunham de 4 pelotões na frente, denominados Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Guanabara. Estes 4 Pel e as próprias sedes das Companhias, Campo Minas Gerais e Rio de Janeiro, cobriam a frente de Faixa dos 20 km citados. Pouco mais tarde o Btl entregou 7 km da Faixa de Vigilância para os indianos. (COUTINHO, 1979)

Coutinho acrescenta, para o cumprimento dessa missão, tipicamente de Infantaria, o Btl dispunha de Postos de Observação (PO), em média 2 por Pel. As torres (PO) eram dispostas de 50 a 1000 m aproximadamente, sendo ocupadas por

dois homens, que se revezavam de 4 em 4 horas. No total existiam 9 PO no setor atribuído ao Btl brasileiro. À noite, os PO eram substituídos por patrulhas a pé. Estas cobriam o horário de 1800 às 0600 horas. O serviço de patrulha era pesado; os homens caminhavam quase que ininterruptamente.

Como última missão, além das que já estavam a seu cargo, o Batalhão Brasileiro recebeu a de guarnecer com uma Cia de Guarda "Rafah Camp", que era a Área de Manutenção da Força de Emergência. Esta missão foi recebida dos Dinamarqueses e Noruegueses (Btl Danor), que cumpriam aquela missão anteriormente.

4.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Após o entendimento da missão em Suez, pode-se concluir que como primeira missão da ONU envolvendo tropas armadas e como primeira participação do Brasil em missões desse órgão, a UNEF I obteve verdadeiro e grandioso sucesso. Se acrescentar às dificuldades de se planejar um processo do zero o fato de a região escolhida ter sido uma das mais conturbadas do planeta, esse sucesso deve ser potencializado.

As dificuldades do preparo, em sua maioria, vieram do ineditismo da missão. O desacordo de alguns materiais, a pouca profundidade de algumas instruções e a falta de documentos que orientassem este preparo, com o tempo seriam supridos. O problema referente ao pouco tempo de preparo foi bem administrado com a substituição parcial (50% do efetivo por leva) dos contingentes.

Um ponto que ficou falho foi o não aproveitamento dos militares que regressavam na preparação dos próximos voluntários. Como foram usados reservistas, estes não dispunham de tempo, ao regresso, para poder auxiliar na preparação do próximo contingente. Talvez por isso muitos ensinamentos tenham sido perdidos com o tempo.

A seleção de pessoal, que iniciou de forma simplória, aos poucos foi sendo aperfeiçoada. Os critérios foram ficando mais claros e acrescentou-se o caráter técnico para o desempenho de algumas funções.

O conhecimento do idioma inglês era fraco e restrito, isso causou algumas dificuldades administrativas, principalmente no entendimento dos processos usados pelos canadenses, que coordenavam a missão num nível mais alto. De "start" foram

selecionados oficiais e sargentos habilitados, porém muitos com pouca fluência. Após a missão ficou evidente que seria necessário melhorar este ponto do processo de seleção. Costa apontou isso da seguinte maneira:

Há que acrescentar no preparo da 9ª Brigada, a previsão do aprendizado da língua inglesa, pelos oficiais e sargentos que a integram, no currículo da Instrução, tendo em vista que qualquer participação nossa será, em princípio, ao lado de tropas americanas. (COSTA, 1981)

Pode-se inferir, também, que não houve uma preocupação direcionada no preparo psicológico. A ação de comando foi a forma de suprir essa necessidade. Todavia, ficou evidente que, para missões futuras, deveria ser dispensada uma atenção maior a este ponto, bem como usando pessoal especializado. Por isso Costa aponta:

O preparo psicológico na partida e no regresso dos contingentes tem seu valor, pois muitos desajustamentos familiares e pessoais eu pude observar com companheiros, em virtude do longo afastamento a que foram submetidos, no cumprimento de suas missões, aliado ainda, às condições de ambiente e relacionamento com outros povos, com outras Forças Armadas. (COSTA, 1981)

Por fim, observa-se que era necessário elaborar normas que direcionassem a seleção, o preparo, o emprego e a desmobilização de militares que participassem de missões de paz. Contudo, como poderá ser visto mais adiante nesse trabalho, isso só foi ocorrer no emprego da UNAVEM III, em Angola, e já no transcorrer desta missão.

5. MOÇAMBIQUE (ONUMOZ)

5.1 ASPECTOS GERAIS

Moçambique é um país da África, situado na costa do Oceano Índico, fazendo fronteiras com Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Suazilândia, Zimbábue e África do Sul. Está localizado na porção Austral do continente e possui um território de cerca de 800 mil km². No país, predominam os climas tropical e subtropical, tendo temperatura média anual de cerca de 25° C.

Seu relevo caracteriza-se por planícies costeiras, que abrangem cerca de dois terços de seu território, e por um planalto que se prolonga para o interior do continente. Seu território pode ser dividido em duas partes, tendo como divisor o rio Zambeze. A metade norte é um grande planalto, com uma pequena planície costeira. A metade sul

é caracterizada por uma larga planície costeira, coberta por savanas e cortada por vales de vários rios. (BASTOS, 2007)

Está dividido em dez províncias: Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Nampula, Niassa, Tete, Zambézia e Maputo. As principais cidades são Maputo, localizada na província do mesmo nome, Beira e Nampula (FREITAS, 1997).

Tem uma população de cerca de 27 milhões de habitantes, em sua maioria rural. Tornou-se independente em 1975, após um longo período de domínio português e conflitos entre grupos ideologicamente opostos que disputaram o poder, após a saída dos portugueses.

A dominação portuguesa em Moçambique, que começou no início do século XVI, só se transformou numa ocupação militar em 1885, após a Conferência de Berlim. A chegada do século XX e as duas Grandes Guerras não mudaram a relação da colônia com a metrópole. Porém, após a II GM, começaram a surgir os primeiros movimentos de resistência à colonização.

Além disso, a partir de 1933 o governo português passou a incentivar os seus cidadãos mais pobres a emigrarem para essas terras. Até a década de 1960, milhares de colonos instalaram-se em Moçambique, o que deu início a alguma industrialização.

No início da década de 1960, formaram-se três movimentos de resistência: o UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), que depois se transformou em Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO); a MANU (Mozambique African National Union); e a UNAMI (União Nacional Africana para Moçambique Independente). Estes três movimentos, em 1962, sob a batuta de Julius Nyerere, uniram-se para dar origem à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que seria o grande ator no processo de independência do país.

Segundo BASTOS (2007), a Luta Armada de Libertação Nacional foi lançada oficialmente em 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito de Cabo Delgado. A guerra de libertação, expandiu-se para outras províncias e durou cerca de 10 anos. Durante esse período, a FRELIMO instituiu, em várias áreas, um sistema de governo próprio, tudo para suprir a necessidade de bases que pudessem prover o seu apoio logístico e de eixos de comunicação que estabelecessem ligações com as frentes de combate.

A guerra civil só terminou com o Acordo de Lusaka, assinado em 1974, que levou a um Governo de Transição, chefiado por Joaquim Chissano, e incluiu ministros nomeados pelo governo português e pela FRELIMO. Após o governo de transição,

Moçambique atingiu sua completa independência de Portugal em 25 de Junho de 1975, tendo o primeiro governo sido formado pela FRELIMO e dirigido por Samora Machel. (RAM, 2006)

Esse governo adotou as cooperativas agrícolas para servirem de base ao desenvolvimento do setor. O sistema funcionava com os camponeses organizados em aldeias e o governo assegurando o aprovisionamento e a compra da produção destas. O governo também apoiava com a construção de escolas, centros de saúde e rede viária, mas mantinha como base do poder econômico as cooperativas e a mão-de-obra rural. Ou seja, um modelo desenvolvimentista, apoiado na estrutura econômica já existente. (BASTOS, 2007)

Apesar de uma transição coordenada para a independência, Moçambique não sustentou a paz por muito tempo. Alguns ex-militares portugueses e dissidentes da FRELIMO migraram para a Rodésia, que buscava independência, mas não era reconhecida pela maioria dos países do mundo. Na década de 70, os rodesianos representaram a brecha necessária para formar outro movimento de resistência, um grupo guerrilheiro de direita, descontente com os rumos políticos do país, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Desta vez, contrário à FRELIMO.

A RENAMO estabeleceu ataques a aldeias e infraestruturas sociais, utilizando minas terrestres em várias estradas, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras. Estas ações ajudaram a desestabilizar a economia, uma vez que, além de obrigar o governo a concentrar importantes recursos na máquina de guerra, também levaram ao êxodo rural e a imigrações para os países vizinhos, diminuindo a capacidade de produção agrícola. (SILVA, 2005)

No início dos anos 80, surge a "década da vitória sobre o subdesenvolvimento", que foi uma mudança de estratégia de governo para a organização de grandes empresas estatais. Pretendia-se que os camponeses continuassem a produzir a sua base alimentar enquanto as terras coletivas passavam a ser geridas centralizadamente, tal medida trouxe bastante descontentamento para a população rural, que seguia sendo a mão-de-obra empregada. (BASTOS, 2007)

A RENAMO conseguiu apoio com as Forças Armadas da África do Sul. No entanto, o governo de Moçambique, estabeleceu negociações com o governo sul-africano e conseguiu a assinar, em 1983, um acordo, segundo o qual o governo sul-africano se comprometia a abandonar o apoio militar ao movimento. A esta altura, a RENAMO já tinha conseguido alcançar seu maior objetivo, que era obrigar o governo

de Moçambique a abandonar a sua política socialista que era de desagrado dos agricultores. (SILVA, 2005)

Contudo, a guerra só terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz (AGP), assinado pelo Presidente da República, Joaquim Chissano e pelo presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama. Neste acordo, o governo de Moçambique solicitou apoio da ONU para realizar o desarmamento das tropas. Estava estabelecida a Missão das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ), que foi a força internacional que apoiou este trabalho. A missão durou cerca de dois anos e resultou na organização de um exército e na execução das primeiras eleições gerais multipartidárias, em 1994, as quais foram vencidas pela FRELIMO. (BASTOS, 2007)

5.2 A MISSÃO

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, cumprindo com sua responsabilidade conforme consta do capítulo dois e para evitar um mal maior a já sofrida população moçambicana, aprovou o mandato da ONUMOZ. Este mandato foi estabelecido de comum acordo entre a ONU, o governo de Moçambique (FRELIMO) e a RENAMO, e previa a verificação do cessar-fogo, a desmobilização e reintegração de combatentes de ambos os lados, a retirada de tropas estrangeiras do território moçambicano, o estabelecimento de corredores de segurança para o apoio humanitário e transporte da produção agrícola e a organização e verificação do processo eleitoral (SILVA, 2005).

A missão da Força Militar, prevista no Mandato da ONUMOZ, era proporcionar segurança às atividades da ONU e de outras organizações internacionais, em apoio ao processo de paz, e assegurar a integridade de pontos vitais da infraestrutura do país, especialmente os corredores de transporte (BACHTOLD, 1996).

Pelas tarefas assumidas pode-se verificar que de acordo com as definições de cada tipo de missão de paz encontradas no capítulo dois, a ONUMOZ foi uma típica operação de manutenção da paz, pois essas operações se caracterizam pelo emprego de pessoal militar e civil para ajudar na implementação de acordos de cessação de hostilidades entre as partes em conflito (BASTOS, 2007).

Nesse contexto, o Brasil exerceu o comando do Componente Militar, de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994, com o General-de-Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva.

O AGP previa a criação de uma Comissão de Cessar-Fogo (CCF), que tinha as várias missões, sendo as principais: fiscalizar e verificar a retirada completa das forças e contingentes estrangeiros do território moçambicano; assumir, após a retirada das tropas estrangeiras, a imediata responsabilidade pela verificação e implementação da segurança das linhas estratégicas e comerciais, adotando as medidas que fossem necessárias; fiscalizar e verificar a extinção dos grupos armados privados e irregulares, e recolher as suas armas e munições; fiscalizar as atividades de organizações de segurança, durante o período entre o cessar-fogo e a posse do novo governo, para garantir a integridade de determinadas infraestruturas públicas ou privadas; implementar o processo de desmobilização; planejar, verificar e garantir a implementação das normas do cessar-fogo; controlar os movimentos das forças, para evitar incidentes; organizar e implementar as operações de desminagem; analisar e verificar a exatidão dos dados estatísticos fornecidos pelas partes sobre pessoal, armamento e equipamento militar; e receber, analisar e decidir sobre queixas ou reclamações acerca de eventuais violações ao cessar-fogo. (BACHTOLD, 1996)

Dentre todas essas missões, o trato com as violações ao cessar-fogo e a implementação da desmobilização foram as mais importantes, pois representavam os aspectos básicos imprescindíveis ao bom andamento do processo de paz.

Foram criados 49 locais para concentração e desmobilização de tropas, 29 para as tropas do Governo de Moçambique e 20 para as tropas da RENAMO. Esses locais foram chamados de Áreas de Acomodação (AA). Todos os militares desmobilizados teriam direito à participação em Programas de Reintegração Económica e Social, visando a sua adaptação à vida civil. (BACHTOLD, 1996)

O mesmo autor indica que a ONUMOZ e o Governo de Moçambique encarregaram-se de implementar o processo de reintegração dos militares desmobilizados. Para isso, foi criada a CORE (Comissão de Reintegração), composta por membros do Governo e da RENAMO, por representantes de países convidados, por elementos da ONUMOZ e de outras organizações internacionais. Os recursos económicos para esse fim seriam doados por países interessados.

Todo o armamento, munição e equipamento militar era recebido pela equipe da ONUMOZ na apresentação do militar a ser desmobilizado na AA. Se o militar não portasse pelo menos um armamento, ele não seria considerado apto a participar do processo de desmobilização. Os casos especiais eram levados à CCF para análise e discussão.

Nesse contexto foi inserido o COBRAMOZ (Contingente Brasileiro para Operação das Nações Unidas em Moçambique) que será abordado, detalhadamente, a seguir.

5.3 TROPA EMPREGADA, PREPARAÇÃO E EMPREGO

Segundo BACHTOLD (1996), a ONUMOZ foi organizada em quatro grandes divisões, subordinadas ao Representante Especial do Secretário Geral da ONU: Militar, Humanitária, Eleitoral e Administrativa. A Divisão Militar, para fins de suas operações em Moçambique, possuía 03 Comandos Regionais: o da Região Sul, o da Região Central e o da Região Norte. O componente militar também compreendia os Observadores Militares. A Força foi estruturada com um efetivo de cerca de 6.200 homens, e constituída pelas seguintes unidades militares:

- 5 Batalhões de Infantaria (Bangladesh, Botswana, Itália, Uruguai e Zâmbia);
- 1 Batalhão de Comunicações (Portugal);
- 4 Companhias Logísticas (Bangladesh, Índia, Itália e Zâmbia);
- 3 Companhias de Engenharia (Bangladesh, Índia e Itália);
- 3 Companhias de Saúde (Bangladesh, Índia e Itália);
- 1 Companhia de Comando (Índia);
- 2 Companhias de Controle de Movimento (Japão);
- 1 Pelotão de Polícia do Exército (Índia);
- 1 Hospital de Campanha (Argentina); e
- 1 Unidade Aérea de Transporte (mista).

O COBRAMOZ ficou subordinado ao Comando Regional Central (CRC)-Beira, com a responsabilidade das operações de manutenção da paz na Província da Zambézia. O Comandante da Região Central, por ocasião da chegada da tropa brasileira, era o Major-Brigadeiro Silvio Mazarolli, posteriormente substituído pelo também Major-Brigadeiro Giuseppe Festa, ambos do Exército italiano (FREITAS, 1997).

O Brasil esteve presente nas ações da ONUMOZ de janeiro de 1993 a dezembro de 1994, nesse período contribuiu com vinte e seis oficiais empregados como observadores militares, sessenta e sete observadores policiais, uma unidade médica e uma companhia de infantaria, sendo que esta última permaneceu apenas

no período de julho a novembro de 1994, portanto, o único contingente militar brasileiro a participar da missão

O deslocamento da Companhia, do Rio de Janeiro até a cidade de Mocuba, localizada no interior da província da Zambézia, em Moçambique, foi realizado em 03 escalões distintos: o precursor, o marítimo e o aéreo. As missões do escalão precursor foram: realizar os contatos administrativos junto à ONUMOZ necessários à chegada do Contingente Brasileiro e preparar as instalações iniciais da Base para a chegada da tropa em Mocuba. O escalão marítimo partiu em 03 de julho de 1994, a bordo do navio NDD CEARÁ da Marinha do Brasil, composto de 70 militares que integravam a Base Logística e levavam quase a totalidade do material da Companhia. O escalão aéreo partiu em 21 de julho, da Base Aérea do Galeão, com os 90 integrantes dos três pelotões de fuzileiros do Contingente. (FREITAS, 1997)

A montagem da Base Brasileira durou cerca de 30 dias. Evidenciou-se que a priorização das tarefas para a montagem de uma base deve ser: montagem das barracas para a tropa; terraplanagem do local; fornecimento imediato de energia elétrica e de água tratada; instalação e funcionamento dos “containers” banheiros; funcionamento da cozinha; e outras julgadas adequadas à operação.

O fato da última tropa brasileira empregada em Forças de Paz, antes do COBRAMOZ, ter ocorrido na década de 1960, na missão de Suez, fez com que não fosse possível aproveitar todos os ensinamentos colhidos, devido à desatualização dos procedimentos adotados na época e mesmo do contexto mundial completamente diferente (FREITAS, 1997).

Por ocasião da missão em Moçambique, o Exército Brasileiro não tinha uma publicação específica para operações de paz, então a preparação foi executada baseada nas orientações da ONU (“guidelines”), nas Diretrizes do Estado-Maior do Exército (EME) e nos Programas Padrão (PP) de Instrução Individual Básica e de Qualificação. O adestramento baseou-se nos PP de Adestramento Básico e Avançado. Destes documentos foram selecionados aqueles assuntos que correspondiam às tarefas que deveriam ser cumpridas na área da missão (BASTOS, 2007).

É importante citar também, que não se dispunha de uma Organização Militar (OM) específica para preparo ou emprego em missões dessa natureza. Desta forma, o 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista (26º BIPqdt), foi designado, para preparar

o Contingente Brasileiro em Moçambique (COBRAMOZ), com data de partida prevista para 03 de julho de 1994 (FREITAS, 1997).

O mesmo autor indica que a seleção dos militares foi realizada no âmbito da Bda Inf Pqdt, tendo a 1ª Companhia de Fuzileiros do 26º Batalhão de Infantaria Paraquedista constituído a base do efetivo empregado. O 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado (15º R C Mec) e o 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (4º Esqd C Mec) apoiaram a Companhia com os motoristas e os mecânicos das VBTP (Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal), modelo EE-11 URUTU.

Apesar do idioma oficial em Moçambique ser o português, as ligações necessárias com os integrantes da ONUMOZ eram realizadas na língua inglesa. A existência de poucos oficiais e sargentos com fluência no idioma citado veio a reduzir a flexibilidade de emprego desses durante o desenvolvimento das operações.

Ainda segundo o autor, houve pouco tempo para a preparação da tropa, logo a seleção de pessoal foi feita sobre os militares que já se destacavam nas atividades de instrução, seja por seu conhecimento, destreza e eficiência. A análise da ficha disciplinar e necessidade de especialização, foram fatores que impulsionaram o processo. O fato de ser um contingente oriundo da Bda Inf Pqdt facilitou o adestramento, tendo em vista que faziam exercícios no terreno mais frequentemente.

BASTOS (2007) aponta que ao analisar respostas a questionários aplicados, pode constatar que a instrução foi conduzida pelo comandante (Cmt) do Contingente, seu Estado-Maior (EM) e pelos Cmt de Pelotões e seguiu uma programação específica, voltada para as missões mais críticas que poderiam ser cumpridas em Moçambique, sob a supervisão do Cmt da Bda e seu EM.

O período de preparação baseou-se nas orientações das Nações Unidas e do EME, com instruções voltadas especificamente para os quadros e buscando ambientar sobre a missão e as operações militares conduzidas pela ONU. Os tópicos abordados foram os seguintes: antecedentes históricos de Moçambique, política externa do Brasil, a ONU e a Convenção de Genebra, Operações Psicológicas, fundamentos das Operações de Manutenção da Paz, organização da ONUMOZ e do COBRAMOZ, missões específicas do COBRAMOZ, higiene, saúde e primeiros socorros, sistema logístico da ONUMOZ, remuneração de pessoal militar, aspectos ligados à preparação individual e regras de engajamento da ONU (FREITAS, 1997).

Mais uma vez sobre a ótica dos questionários aplicados por BASTOS (2007), após instruídos, os Quadros do contingente ministraram as mesmas instruções para

os cabos e soldados que, além disso, aprenderam também sobre a utilização do equipamento de visão noturna e do colete à prova de balas, armamento, munição e tiro, fortificação em campanha, Posto de Observação (P Obs) e abrigo tipo ONU, patrulhas (Patr) em Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) URUTU, segurança nos deslocamentos e escoltas motorizadas (Mtz), defesa de ponto sensível, postos de controle de trânsito (“check point” tipo ONU), vigilância, reconhecimento e orientação, informações e contrainformações e operações contra forças irregulares.

É interessante salientar que também foram empregados militares especializados para ministrar as instruções aos cabos e soldados do COBRAMOZ, tais como: elementos de Forças Especiais, Aviação do Exército, Saúde e engenharia.

Já na área da missão, foi possível verificar que a preparação foi bem planejada e executada, ficando adequada ao cumprimento da missão e restando apenas poucos aspectos a serem melhorados, e isso em virtude da especificidade da missão (FREITAS, 1997).

BASTOS (2007) relata que foi unânime entre os militares que responderam a questionários, que a deficiência se concentrou na falta de habilitação no idioma inglês. Ainda que o idioma local fosse o português, o oficial da missão era o inglês. Trazendo alguma dificuldade para a comunicação com o pessoal das Nações Unidas, principalmente em contatos com o Quartel-General e na solução de questões administrativos e logísticos.

O pouco tempo reduzido de preparação para a missão fez com que não fosse possível o desenvolver um programa de preparação física voltado para a missão. Sendo assim, buscou-se manter apenas os níveis já existentes, utilizando o treinamento físico para aumentar o espírito de corpo da tropa, que era formada por militares de diversas organizações militares (FREITAS, 1997).

Igualmente, não houve nenhuma preparação psicológica específica para o cumprimento da missão. A tarefa ficou sob o encargo dos Cmt de fração, que procuraram preparar seus subordinados para um longo período de isolamento separados da família, bem como para as dificuldades do cenário que seria encontrado e vivenciariam em Moçambique.

A 1ª Região Militar (RM) ficou com os encargos relativos ao suprimento de todo o material a ser conduzido. A liberação de recursos extraorçamentários para o aparelhamento da Força de Paz foi demorada, dificultando a aquisição do material

necessário à operação (FREITAS, 1997). Dentre os equipamentos adquiridos pela 1ª RM pode-se citar os seguintes: “containers” de carga geral, “containers” banheiros, “containers” e viaturas-frigoríficos, “container” de comando, padaria, reservatórios flexíveis de água e de combustível, espargidor de gás contra insetos, geradores de 100 KVA, cozinha de campanha móvel, equipamento de comunicações via satélite INMARSAT (International Maritime Satellite Organization), entre outros.

O recebimento de uma carreta completamente carregada de material de intendência na antevéspera da partida dificultou a colocação dos volumes nos espaços já distribuídos no navio e, em Moçambique, no seu acondicionamento nas viaturas para o deslocamento motorizado do porto de Beira até o local da Base Brasileira em Mocuba (600 km).

É importante frisar o excelente desempenho das VBTP EE11 - URUTU. Não havia modelos diferentes da mesma viatura. A unidade de modelo poderia facilitar a atividade logística de suprimento de material de motomecanização. Além disso, o recebimento da maioria das viaturas e de grande parte do material de comunicações ficou para a “véspera” do embarque, fato atribuído ao curto tempo de preparação. Isso impediu que se realizasse um exercício de adestramento com os equipamentos rádio veiculares instalados.

A Companhia Brasileira realizou mais de 50 missões operacionais determinadas pela Seção de Operações, durante os quase 05 meses de permanência em Moçambique, sendo que as principais eram realizar a segurança de observadores militares, fazer o patrulhamento de estradas, coletar armamento e munição empregado pelos beligerantes, realizar escoltas de comboios e de pessoal, algum trabalho relacionado à desminagem e a segurança nas eleições locais.

As missões de segurança dos observadores militares nas “Assembly Areas”, durante o processo de desmobilização, foram as mais recebidas nos meses de julho, agosto e setembro. A presença de uma tropa da ONU, embarcada em VBTP nas proximidades daqueles locais, permitia aos observadores realizarem suas tarefas com relativa segurança, inibindo os ex-integrantes da RENAMO a tomá-los como reféns, conforme vinha ocorrendo frequentemente na região (FREITAS, 1997).

O mesmo autor relata que os patrulhamentos de estradas se alternavam com outros tipos de missões recebidas. O comando da missão estabeleceu uma diretriz para que as viaturas, operacionais ou administrativas, percorressem diariamente as principais estradas da Zambézia. Tal medida veio a reduzir o número de saques e

assaltos ocorridos anteriormente naqueles trechos, além de mostrar a constante presença da ONU naquela província.

A Companhia recebeu, também, algumas missões de coleta de armas e munições. Para estas missões as equipes eram acompanhadas por guias locais e observadores militares da ONU. Para a execução dessas tarefas, normalmente, as equipes eram transportadas de helicóptero para as proximidades daqueles locais, em função das estradas estarem minadas. Após os observadores militares realizarem seus trabalhos de desmobilização, ou durante os mesmos, a Companhia era acionada para transportar as armas e munições coletadas para sua Base, a fim de serem remetidas, posteriormente, para o depósito do Comando Regional Central.

Grande quantidade de minas, granadas, rojões e de bombas de aviação coletadas nas “Assembly Areas” da Zambézia teve de ser destruída na área rural de Mocuba, por determinação do Comando Regional Central. O mau estado de conservação da maior parte dessa munição recolhida não aconselhava seu transporte pelos meios aéreos da ONU (FREITAS, 1997).

Esse autor ainda salienta que no período que antecedeu as eleições gerais, outubro de 1994, houve intensificação de patrulhas de vigilância na Província da Zambézia. Já durante o pleito eleitoral, foi feito o patrulhamento intensivo nas proximidades dos postos de votação. Tudo isso com a finalidade de proporcionar segurança aos observadores internacionais que acompanharam a legitimidade desse processo e de mostrar a constante presença da ONU nas atividades de redemocratização do País.

5.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Da análise de todos os dados levantados sobre a missão em Moçambique, verificou-se que a escassez de tempo, apenas 45 dias de preparação, dificultou o preparo e início da missão. Todavia isso não impactou na qualidade de execução da mesma, uma vez que é de consenso, entre os autores citados, que a missão foi um sucesso.

As principais consequências geradas pela falta de tempo de preparo foram a dificuldade de realizar uma apropriada preparação física, o pouco tempo de contato com o material que seria empregado na missão e a necessidade de se usar um processo rápido e pouco detalhado na seleção do pessoal.

É importante ressaltar que a mesma escassez favoreceu à percepção da alta qualidade de capacidade humana existente no Exército Brasileiro. O problema foi contornado sem solução de continuidade e com êxito no cumprimento da missão, o que demonstrou flexibilidade, rapidez em tomada de conduta e correção no estabelecimento de prioridades por parte dos planejadores e executantes do processo de preparo da tropa.

Além disso, nessa época o Brasil não se possuía manuais nem organizações específicas voltados para as instruções de uma Força de Paz. Isso gerou a necessidade de realizar seu preparo com o auxílio de manuais de campanha relativos aos assuntos que já deveriam ser de conhecimento da tropa. Também não havia um direcionamento para o preparo psicológico e, tampouco, eram usados especialistas para realizar essa missão.

Infere-se, também, que a habilitação no idioma inglês era deficiente e não havia instrução que pudesse amenizar este problema. Isso gerou um fator apontado como negativo no cumprimento da missão, devido ao comando da ONUMOZ empregar o inglês como língua oficial, independente de ser o português a local, o que dificultou a emissão de ordens e coordenação logística de missões.

A experiência de montagem de uma base militar em um outro país foi mais um fator interessante que se pode tirar dos ensinamentos da ONUMOZ. A sequência de ações a realizar e o material a ser empregado podem ser observados em missões futuras.

Ainda pode-se apontar o desempenho das VBT EE11 URUTU como fator positivo e observado durante a missão. A cobertura blindada sobre rodas favoreceu ao emprego de tropas em localidades e contribuiu com o desempenho da missão dos observadores da ONU.

Cabe destacar, ainda, o lapso temporal ocorrido entre Suez e Moçambique. Este vácuo de tempo fez com que muitos ensinamentos, daquela primeira missão, fossem perdidos ou diluídos, gerando a necessidade de se iniciar um novo processo de preparação.

Dessa forma, o COBRAMOZ, apesar de todas as dificuldades apontadas, contribuiu para elevar o nome do Brasil perante a ONU e outras nações, favoreceu ao estabelecimento de laços diplomáticos com nações amigas, refletiu para o mundo o bom trabalho realizado pelas tropas brasileiras e auxiliou na melhoria da preparação de nossos soldados para um emprego rela.

6. A UNAVEM III (ANGOLA)

6.1 ASPECTOS GERAIS

Angola encontra-se na costa Sul da África Ocidental, entre a Namíbia e o Congo. Sua superfície terrestre é de cerca de 1,25 milhões de Km², incluindo a província de Cabinda, encravada no território da República Democrática do Congo. O país está dividido entre uma faixa costeira árida, que se estende desde a Namíbia até Luanda, a Capital, um planalto interior, uma savana. no sul e sudeste, e uma floresta tropical no Norte.

Os verões são quentes e secos, os invernos são temperados. As terras altas do interior têm um clima suave com uma estação de chuvas de novembro a abril, seguida por uma estação seca e fria, de maio a outubro. As altitudes variam, em geral, entre os 1 000 e os 2 000 metros. As regiões do norte e Cabinda têm chuvas ao longo de quase todo o ano. A faixa costeira é temperada pela corrente fria de Benguela, o que resulta em um clima seco e árido. (BASTOS, 2007)

Na segunda metade do século XVI os portugueses instalam-se na região. O primeiro governador, Paulo Novais, procura delimitar este vasto território e explorar os seus recursos naturais, em particular os escravos. A penetração para o interior é muito limitada. Em 1576 fundam São Paulo de Luanda, a atual capital do país. Angola transforma-se rapidamente no principal mercado abastecedor de escravos das plantações da cana do açúcar do Brasil (ZERBO, 1983).

Inicialmente os portugueses ocuparam a Angola com o intuito “civilizador”, por meio do ensino da religião e de condutas europeias. A ocupação foi ocorrendo gradualmente, por meio de missionários católicos e por comerciantes. Estes implementaram um comércio lucrativos de escravos, fornecendo-os ao Brasil e à São Tomé e Príncipe. Os escravos eram comprados de nativos cativos dos reis. As autoridades locais eram estimuladas a guerrearem entre si para gerar mais suprimentos de mão de obra (HENNEMANN, 2017).

A colonização efetiva do interior só se iniciou no século XIX, após a Independência do Brasil (1822) e redução do tráfico de escravos (1836-42). Esta interiorização é uma resposta às pretensões de outras potências europeias, como a Inglaterra, a Alemanha e a França, que reclamavam o seu quinhão na partilha da

África. Diversos tratados são firmados estabelecendo os territórios que cabem a cada um (SOUTO MAIOR, 1982).

A Conferência de Berlim, 1844, fez com que Portugal iniciasse uma efetiva ocupação das suas colônias na África. Até então, não mais do que dez mil portugueses tinham se aventurado por aquelas paragens e, ainda assim, para realizar atividades próximas à costa. Evitavam a penetração do interior por causa das dificuldades de locomoção e para evitar a hostilidade dos povos daquelas regiões que mantinham pouco ou nenhum contato com o colonizador. (ROCHA, 2000)

SOUTO MAIOR (1982) aponta que o desenvolvimento econômico só se inicia de forma sistemática no fim dos anos trinta do século passado, quando se incrementa a produção de café, sisal, cana de açúcar, milho e outros produtos. Trata-se de produtos destinados à exportação. Além destes produtos, desenvolve-se a exploração dos minérios de ferro. Em 1957 funda-se a Companhia Mineira do Lobito, que explorava as minas de Jamba, Cassinga e Txamutete.

Segundo HENNEMANN (2017), foi nos anos 1950 que começaram a surgir grupos insurgentes que passaram a lutar pela independência de Angola. Pode-se destacar a atuação de quatro atores principais nesse processo: o Governo Português, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).

Em 1956 é publicado o primeiro manifesto de Libertação de Angola. Nesse documento, africanos e mestiços oficializam o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). O MPLA montou um esquema de guerrilhas, com incursões a partir do Congo para realizar ações no enclave de Cabinda e a partir da Zâmbia para atingir a região da Angola Oriental (PELLISSIER, 1997).

Em 1962, um grupo de nacionalistas da região do Bakongo formou a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), depois de ter falhado a sublevação no nordeste do país. O FNLA, sob a liderança de Holden Roberto, operava a partir de bases no vizinho Zaire. (BASTOS, 2007)

Ainda segundo esse autor, o texto da Coleção Guerra na Paz (1984) cita que a FNLA foi à única organização angolana que teve suas bases no Zaire. Os Estados Unidos e a China deram alguma ajuda a FNLA, mas em virtude de disputas internas do movimento, a FNLA não conseguiu o apoio da população. Uma facção dissidente

da FNLA levou, em 1966, à formação da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

O governo de Portugal se recusou a dialogar com esses movimentos de resistência e prosseguiu na defesa do último grande império colonial europeu. Para tanto foram mobilizados centenas de milhares de soldados. Enquanto durou o conflito armado, Portugal procurou consolidar a sua presença em Angola, promovendo a realização de importantes obras públicas e a produção industrial e agrícola conheceu um desenvolvimento impressionante.

Todavia a situação mudou com a derrubada da ditadura em Portugal, ocorrida em abril de 1974, com a Revolução dos Cravos. Isso levou os portugueses a negociar, por meio dos Acordos de Alvor, em janeiro de 1975, com os movimentos de libertação como se poderia estabelecer um período de transição para a implantação de um regime democrático no país. Finalmente, no dia 11 de novembro de 1975, foi proclamada a independência de Angola.

Abriu-se, então, uma disputa por poder entre os principais movimentos revolucionários, o MPLA, a UNITA e a FNLA. A Coleção Guerra na Paz (1984) comenta em seu texto que a União Soviética e Cuba apoiavam o MPLA, o qual controlava a cidade de Luanda (capital). Além disso, a África do Sul apoiava a UNITA. E, como se não bastasse, o Zaire apoiava a FNLA, que contava também com o apoio da China, de mercenários portugueses e de alguns elementos da África do Sul.

Em 11 de novembro de 1975, após a retirada portuguesa, o MPLA, a FNLA e a UNITA declararam separadamente a independência de Angola. Essa falta de unidade viria a se tornar uma guerra civil. Cada força insurgente dominava uma faixa do terreno: o MPLA com a parte Norte, incluindo a capital Luanda; a UNITA com a região central e a FNLA com a região sul. (VISENTINI, 2015).

Uma invasão sul-africana fez com que o MPLA solicitasse ajuda cubana. O primeiro contingente cubano de 650 homens chegou antes da independência e impediu que forças sul-africanas e zairenses atingissem Luanda, foi a Operação Carlota. (JOSÉ, 2011)

Em 1976, as Nações Unidas reconheceram o governo do MPLA como o legítimo representante de Angola. Todavia, isso não foi seguido nem pelos EUA e nem pela África do Sul.

Entre os anos de 1974 e 1976, muitos portugueses abandonaram o país, o que agravou a situação econômica de forma drástica. Em maio de 1977, um grupo do

MPLA, encabeçado por Nito Alves, desencadeia um golpe de Estado. No final deste ano, se realiza o 1º Congresso do MPLA, proclamando-se um partido marxista-leninista e adotando o nome de MPLA - Partido do Trabalho.

A ação do MPLA faz com que a UNITA e a FNLA se unam contra o primeiro. A reação à aliança foi a expulsão da UNITA de seu quartel-general em Huambo, sendo as suas forças forçadas a se retirar para o interior, completamente dispersas. Mais tarde, porém, o partido reagrupou-se, iniciando uma guerra longa e devastadora contra o governo do MPLA. A UNITA, a essa altura, apresentava-se como sendo uma posição antimarxista e pró-ocidental em Angola (NASCIMENTO, 1996).

Agostinho Neto, presidente do MPLA, morreu em Moscou, a 10 de setembro de 1979, sucedendo-lhe no cargo o ministro da Planificação, o engenheiro José Eduardo dos Santos. Nos anos oitenta, o número de mortos e refugiados não parou de aumentar e as infraestruturas do país foram destruídas (PELISSIER, 1997).

Em dezembro de 1988, os EUA mediarão com Angola, Cuba e África do Sul um encontro em Nova Iorque. Nessa oportunidade, foram acordados os seguintes tópicos: a retirada das tropas cubanas e sul-africanas de Angola; as negociações de paz entre o governo angolano e a UNITA; e a independência da Namíbia, ora dominada pela África do Sul.

Além disso, as partes envolvidas no acordo aceitaram a ajuda da comunidade internacional para a mediação da contenda. Essa ajuda se iniciou com a 1ª Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) de janeiro de 1989 a 1991. A UNAVEM I tinha por missão supervisionar a saída de cubanos por meio de um corpo de observadores militares, inclusive brasileiros. (HENNEMANN, 2017)

No final de abril de 1990, José Eduardo dos Santos anuncia o reinício das conversações diretas com a UNITA, com vistas ao estabelecimento do cessar fogo. No mês seguinte, a UNITA reconhecia oficialmente o governo angolano e José Eduardo dos Santos como o Chefe de Estado. (BASTOS, 2007)

Segundo NASCIMENTO (1996), a queda da União Soviética alavancou o processo de democratização de Angola. Em maio de 1991, o governo publicou uma lei que autorizava a criação de novos partidos, terminando, assim, com o sistema de partido único. Ainda em maio, os últimos cubanos se retiram de Angola e no final do mesmo mês, mediados Portugal, EUA, União Soviética e a ONU, os angolanos celebravam os acordos de Bicesse (Estoril), que terminou com a guerra civil que assolava o país desde 1975 e marcou as eleições para o ano seguinte.

Com o Acordo de Bicesse a ONU decidiu encerrar a UNAVEM I e instituiu a UNAVEM II, com novas missões e sob um clima de forte otimismo. A 2ª missão da ONU tinha como mandato observar a execução do Acordo de Bicesse e a supervisão das eleições do Executivo e do Legislativo. O contingente empregado foi cerca de 700 observadores militares, de polícia e eleitorais, todos não armados. Ressalta-se que as eleições foram organizadas pelo governo angolano e apenas supervisionadas pela ONU. (HENNEMANN, 2017)

O MPLA sai vitorioso das eleições de setembro de 1992, com cerca de 50% dos votos. A UNITA obteve cerca de 40% dos votos e não reconheceu os resultados eleitorais. Quase que de imediato, reiniciou-se o conflito com muito derramamento de sangue e escaramuças partidárias de ambos os lados, (PELISSIER, 1997).

Somente em maio de 1993, os EUA reconheceram o governo angolano comandado pelo MPLA. Pode-se afirmar que esse reconhecimento impulsionou a inserção internacional de Angola com o incremento e diversificação nas relações exteriores. Além disso, a UNITA guerrilheira perdeu a legitimidade internacional, foi criminalizada, ficou isolada e sofreu embargos da ONU, principalmente no comércio de armas e combustíveis, ocorrendo o fechamento de suas representações e minando seu apoio legal. (HENNEMAN, apud José, 2011)

RAM (2006) aponta que, em novembro de 1994, foi celebrado o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia, entre a UNITA e o Governo de Angola (MPLA). A UNITA usou o acordo para impedir mais perdas territoriais e fortalecer as suas forças militares. Entre 1996 e 1997, adquiriu grandes quantidades de armamentos e combustível. Enquanto isso, ia cumprindo, sem pressa, vários dos compromissos do Protocolo.

Em 1995, a UNAVEM III, em substituição a UNAVEM II, foi designada para supervisionar a implementação do protocolo de Lusaka/Zâmbia. A UNAVEM foi formada por 7.000 Peacekeepers, dentre eles um contingente brasileiro. (JOSÉ, 2011)

Essa terceira missão da ONU que será motivo de análise no presente trabalho.

Em 4 de abril de 2002, o governo de Angola e a UNITA assinaram o Memorando de Entendimento de Luena, na província de Moxico. A guerra civil estava terminada. Os resultados da guerra foram devastadores, após 27 anos de conflito, mais de 500 mil morreram e mais de 3 milhões de habitantes se deslocaram. (HENNEMANN, 2017)

6.2 A MISSÃO

O Exército Brasileiro participou de missões das Nações Unidas em Angola, entre 1988 e 1999. Ora participou com Observadores Militares, como na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I (UNAVEM I), UNAVEM II e na Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), ora com tropas de Infantaria e Engenharia, além de unidades médicas, na UNAVEM III. Essas participações contribuíram para o processo de pacificação de Angola. (HENNEMAN, 2017)

A partir de agora este trabalho focará na UNAVEM III, tendo em vista que foi a missão que contou com o envio de tropas, o que é a intenção de análise do presente trabalho.

A Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) foi estabelecida para ajudar o governo de Angola e a UNITA a restabelecer a paz e lograr a reconciliação nacional. Teve por base os Acordos de Paz de Bicesse/Portugal, firmados em 31 de maio de 1991, o Protocolo de Lusaka, firmado em 20 de novembro de 1994 e as resoluções do Conselho de Segurança.

Segundo ROCHA (2000), o Protocolo de Lusaka foi um retrocesso evidente aos objetivos estabelecidos pelo Acordo de Bicesse. A estrutura foi redimensionada e ampliada para que o Protocolo de Lusaka fosse capaz de cumprir suas três fases:

- 1ª fase: estabelecimento do cessar-fogo entre as partes;
- 2ª fase: aquartelamento das forças do governo e da UNITA;
- 3ª fase: constituição de uma força armada conjunta, incorporando pessoal da

UNITA e desmobilizando e reintegrando os excedentes à sociedade.

Com o objetivo de dar à UNAVEM III todas as condições de atingir os seus objetivos, a missão recebeu 350 Observadores Militares, 126 Observadores Policiais, diversos oficiais das nações participantes para compor os Estados-Maiores dos Quartéis Gerais de Luanda e dos 6 Comandos Regionais, 6 Batalhões de Infantaria, 3 Sub-Unidades ou Unidades de Engenharia, 1 Batalhão Logístico e Destacamentos de Saúde Avançados, totalizando cerca de 8000 militares (homens e mulheres). (ROCHA, 2000)

Sendo assim, o Exército Brasileiro, organizou o Batalhão de Força de Paz, que integrou o Contingente Brasileiro na missão (COBRAVEM), com um comando e Estado-Maior, uma Companhia de Comando e Apoio, uma Companhia de Serviços e

quatro Companhias de Fuzileiros, uma das quais oriunda do Corpo de Fuzileiros Navais. (FONSECA, 1997)

Nos relatórios mensais da ONU, recebidos nos Postos de Observação, os efetivos por país eram divulgados e o Brasil ocupou por muito tempo o topo da lista. Numa oportunidade em que se realizava o rodízio brasileiro, oficiais indianos fizeram questão de publicar um relatório, apontando o efetivo de militares da Índia como o maior em presença. Percebia-se como a Estratégia da Projeção do Poder Nacional era importante para aquele país. Felizmente, terminado o rodízio, o Brasil voltou ao seu lugar de direito, com o maior contingente presente na missão. (ROCHA, 2000)

Cabe ressaltar que o posto de maior relevância ocupado por um oficial brasileiro era o de Chefe ou Comandante dos Observadores Militares. Se nas missões anteriores esse posto representava o alto da pirâmide, na UNAVEM III não representava muito, ou, pelo menos, não era proporcional ao esforço brasileiro em Angola.

As missões que poderiam ser atribuídas ao COBRAVEM foram as seguintes, com base nas “Guidelines” da ONU:

- a. verificar, monitorar, emitir relatórios e investigar o cessar-fogo, bem como quaisquer atos de violação a ele;
- b. auxiliar os observadores militares, a polícia civil e outros componentes da Força no cumprimento de seus deveres;
- c. proteger o pessoal da ONU e internacional;
- d. proteger as instalações chaves, incluindo os locais dos Comandos;
- e. realizar serviços de escolta e proteção de comboios, caso necessário;
- f. realizar patrulhamento a pé e com viaturas;
- g. estabelecer e utilizar postos de observação e pontos de revista;
- h. efetuar revistas em viaturas, pessoal e edificações;
- i. estabelecer a segurança de complexos humanitários e centros de distribuição;
- j. controlar pontos de entrada (portos, estações ferroviárias e aeroportos) e
- k. fornecer uma reserva (Pei/Cia Fzo) com capacidade de emprego por aeronave ou helicóptero (aeromóvel).

O Brasil enviou no total quatro contingentes, que eram substituídos a cada seis meses. Essa foi a maior missão efetiva do EB nos anos 1990, que chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a UNAVEM III, maior operação de paz das Nações

Unidas em curso na época. Ademais, a participação brasileira na UNAVEM III fez com que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas. (GONÇALVES e MANDUCA, 2008)

Em 1997, o presidente José Eduardo Santos estabeleceu o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). Em 30 de junho de 1997, a UNAVEM III encerrou suas atividades com o sentimento de missão cumprida, apesar da guerra civil continuar. No lugar dessa, a ONU estabeleceu a MONUA (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola). (HENNEMANN, 2017)

E em agosto de 2002, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, estabeleceu a Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA) para substituir o Escritório de Representação que a ONU mantinha na capital Luanda. A UNMA atuou na defesa de direitos humanos e assistência humanitária e, também, nas áreas da reestruturação das instituições governamentais. (BASTOS, 2007)

6.3 TROPA EMPREGADA, INSTRUÇÃO E EMPREGO

A participação e a atuação do contingente brasileiro na UNAVEM III foram muito importantes em função dos efetivos e da qualidade dos militares brasileiros enviados para esse trabalho. Em cada uma das quatro levas de efetivos destacados, houve a participação de oficiais e praças das Forças Armadas brasileiras na qualidade de Observadores Militares (11), elementos de Estado-Maior da Missão (26) e tropas em efetivos de 01 (um) Batalhão de Infantaria de Força de Paz (800 homens), 01 (uma) Companhia de Engenharia de Força de Paz (200 homens) e 02 (dois) Postos de Saúde Avançados (20 homens cada). Participaram do Estado-Maior do Batalhão de Força de Paz Brasileiro 02 (dois) militares argentinos, a convite do Brasil. O total foi de aproximadamente 1100 homens. (ROCHA, 2000)

É interessante apontar que cada Companhia de Infantaria foi constituída por um pelotão de comando e serviço e três pelotões de fuzileiros., em razão da probabilidade de o batalhão ter que destacar suas subunidades para emprego isoladas. O pelotão de comando e serviço contou com um grupo de manutenção e transporte, um grupo de aprovisionamento, um grupo de saúde, onde se incluiu a presença de um médico, e um grupo de apoio de fogo, com uma peça de canhão sem recuo. (FONSECA, 1997)

Cada contingente do Batalhão de Infantaria foi mobilizado em uma região do país. As regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste contribuíram de forma sequencial para os quatro contingentes. A Unidade-Base contribuía com o comando, o estado-maior, a Cia Cmdo, a Cia Ap e uma Cia Fuz. Outras duas Cia Fuz eram cedidas por Organizações Militares da Brigada, enquanto que a última era composta por Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. Cada contingente teve diferentes objetivos e desdobramentos. (HENNEMANN, 2017)

As atribuições operacionais do Batalhão, caracterizadas pelas diversas missões impostas pela ONU (proteção de instalações, escolta, patrulhamento motorizado etc.), fizeram com que o mesmo fosse dotado de um considerável efetivo de fuzileiros (quatro Cia Fzo) e até mesmo de meios blindados (Urutu e Cascavel). (FONSECA, 1997)

Como aconteceu em Moçambique, a orientação geral para a preparação do contingente ficou a cargo da 5ª Subchefia do EME, que tratava de assuntos especiais e emitiu as diretrizes iniciais de planejamento para o período de preparação. Também foram utilizadas as orientações da ONU (“guidelines”) e os Programas Padrão (PP) de Instrução Individual Básica, de Qualificação e de Adestramento Básico e Avançado.

Os critérios de seleção obedeceram a forma similar da missão de Moçambique, sendo o voluntariado fator inicial. Sobre isso ROCHA (2000) aponta que esse fator é aspecto que se pode questionar. Diz que muitos militares eram voluntários por motivos pecuniários ou pela necessidade de realizar alguma economia com os vencimentos majorados, pagos durante a missão. Acrescenta, ainda, que a Missão de Paz é tão constitucional quanto a guerra e, por isso, não caberia ao profissional escolher participar de uma ou de outra. Cabe às Forças Armadas a seleção e envio dos mais capazes.

A preparação foi se aperfeiçoando conforme os contingentes se substituíam. Os relatórios dos contingentes anteriores serviam para melhorar o preparo do seguinte. Na época da preparação do 4º contingente (o último), o Exército Brasileiro tinha publicado as Instruções Provisórias sobre operações de paz, as IP 100-30 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ, que auxiliaram bastante a preparação das sessões de instrução. (BASTOS, 2007)

Da mesma forma que nas missões anteriores, o período de preparação se iniciou com instruções voltadas especificamente para os oficiais e sargentos,

buscando ambientar com a missão e com as operações militares conduzidas pela ONU. Foram ministradas instruções sobre os aspectos geográficos e históricos de Angola, Direito Internacional Humanitário, código de conduta de militares servindo sob a égide da ONU, aspectos culturais angolanos, noções sobre a origem dos conflitos e a situação atual do processo de paz, prevenção de doenças e riscos sanitários, regras de engajamento, primeiros socorros, procedimentos de desmobilização e recolhimento de armas, administração de aquartelamentos para pessoal desmobilizado, noções de ajuda humanitária, remuneração de pessoal militar no exterior e noções do idioma português falado em Angola. (BASTOS, 20017)

Para estas instruções, como foram quatro contingentes, os oficiais e sargentos que já haviam participado da missão auxiliavam nas instruções das levas seguintes. Contribuíram, também, com o preparo militares das Forças Especiais, do Estado-Maior do Exército, da Aviação do Exército e de Saúde.

Os mesmos assuntos foram passados para os cabos e soldados, pelos próprios oficiais e sargentos. Além disso, receberam também instruções de armamento, munição e tiro, instalação de um aquartelamento em campanha e fortificação em campanha, posto de observação (P Obs), segurança nos deslocamentos e escoltas motorizadas, postos de controle de trânsito (“check point” tipo ONU), vigilância, segurança de pontos sensíveis, reconhecimento e orientação, informações e contrainformações e operações contra forças irregulares.

O período seguinte foi o de adestramento das diversas frações que integravam o contingente, onde se procurou simular as mesmas condições a que a tropa seria submetida na área de operações. Assim, as companhias tiveram que montar suas bases fora da base do comando do Btl, de forma a que seus Cmt pudessem sentir as dificuldades de comunicações e apoio logístico que encontrariam no terreno. (BASTOS, 2007)

Ainda segundo BASTOS (2007), os integrantes do quarto contingente consideraram que sua tropa chegou bem preparada na área da missão, embora tenham notado deficiências quanto aos conhecimentos sobre a estrutura de funcionamento de uma missão de paz da ONU, particularmente quanto aos aspectos administrativos. Na mesma linha, disseram que as dificuldades de relacionamento com os diversos órgãos das Nações Unidas ficou evidente devido à falta de conhecimento e proficiência dos oficiais e sargentos na língua inglesa, pois o inglês

era o idioma oficial da missão, apesar do idioma oficial de Angola ser o português, similar ao que ocorreu em Moçambique.

Pelo que foi apurado em respostas a questionários aplicados e entrevistas realizadas por Bastos, não houve o desenvolvimento de um programa específico de preparação física nem uma preparação psicológica específica. A única mudança feita no treinamento físico foi a sua execução diária, de forma mais intensa, porém seguindo o contido nos Programas-Padrão de Instrução.

Um último aspecto considerado deficitário, apontado por BASTOS (2007), foi que os militares que participaram da missão acharam que faltou treinamento em mediação de conflitos e negociação, pois a missão de separação de forças, desarmamento e desmobilização, com o consequente controle do pessoal desmobilizado, requer militares com prática nesses assuntos.

Relativo ao aprestamento do contingente é fato que o material levado pelo Brasil para Angola foi de muito boa qualidade. Porém, um aspecto poderia ser modificado: aquele que se refere ao grau de nacionalização dos equipamentos empregados. Itens tão simples como o suspensório e o cinto eram de origem norte-americana, dando uma ideia de dependência do Brasil quanto aos Materiais de Emprego Militar (MEM). (ROCHA, 2000)

Rocha ainda acrescenta que os meios mecanizados deveriam ser preferidos aos motorizados. As atividades mais comuns da tropa, como as patrulhas e as escoltas de comboios, foram realizadas por meios mecanizados, em detrimento dos meios motorizados, pela segurança adicional que os meios mecanizados conferem aos homens e às suas atividades.

Referindo-se ao transporte do Batalhão, FONSECA (1997) afirma que o apoio prestado pela Marinha de Guerra Brasileira e particularmente pela FAB não foram suficientes, haja vista as necessidades logísticas do Btl F Paz. A Marinha se limitou ao transporte de material e pessoal na ida e no retorno da Missão de Paz e a FAB, além do transporte de pessoal em complemento à Marinha, realizou um vôo de apoio (para ressuprimento) a cada 45 dias. As limitações das forças coirmãs minimizaram as suas capacidades de apoio em transporte.

Para minimizar o problema apontou duas medidas que poderiam ser adotadas: realização de um voo de apoio a cada 30 dias e utilização dos serviços de transporte de empresas aéreas comerciais e da Marinha Mercante.

As tropas brasileiras foram praticamente as últimas forças da ONU a desembarcar em Angola. Esse fato refletiu negativamente de algumas formas. Em primeiro lugar, houve um desgaste da imagem do Brasil que demorava a trazer seu contingente para o território angolano enquanto outros países já começavam a cumprir as suas tarefas. No Brasil, a tropa aprestada sofreu um desgaste psicológico que envolveu inclusive as suas famílias, provocado pela insegurança e pela incerteza de quando seriam deslocados para a tão esperada missão.

A missão da tropa brasileira era, em linhas gerais, fazer cumprir o Protocolo de Lusaka na região, interpondo-se entre as partes, evitando violações do tratado; conduzir as tarefas de aquartelamento e desmobilização das forças da UNITA nas regiões designadas pela ONU (Andulo, Chitembo e Luena) e acompanhar o aquartelamento das forças do governo angolano para os quartéis de origem. (ROCHA, 2000)

Segundo o mesmo autor, a Companhia de Engenharia ficou responsável pelo perigoso eixo ' Luanda-Saurimo, que atravessava a região de extração de diamantes, atividade que, em parte dava suporte às Forças da UNITA. Diversas pontes nessas estradas estavam destruídas e o lançamento de minas dificultava extraordinariamente os trabalhos de recuperação da transitabilidade naquele eixo. Ainda que apontado como um fator negativo por Rocha, isso acabou dando prestígio ao contingente brasileiro.

A Companhia de Engenharia da Força de Paz em Angola trabalhou em apoio ao Batalhão Angola e, principalmente na melhoria da infraestrutura de Angola na sua parte Norte. Essa Companhia possuía grande modularidade e flexibilidade, pois como as frentes de trabalho eram muito distantes da Base, em algumas ocasiões superiores a 1.000 Km, foram lançados diversos destacamentos. Tais destacamentos contribuíram para melhorar a precária infraestrutura angolana prejudicada pelo conflito armado. (HENNEMAN, 2000)

A região de Kuito-Bié, extremamente sensível, foi "contaminada" pela tropa brasileira que lhes trouxe tranquilidade não vivenciada nos vinte anos anteriores de guerra civil. O comércio e a livre circulação de bens e de pessoas foram garantidos na região graças ao desdobramento de uma Companhia de Fuzileiros, em Andulo; de uma companhia de Fuzileiros, em Luena; de uma Companhia de Fuzileiros Navais, em Chitembo e de uma Quarta Companhia de Fuzileiros, em reserva, na cidade de Kuito.

ROCHA (2000) ainda frisa que um Tenente-Coronel da Noruega, afirmou que não havia visto em outra tropa da UNAVEM III, algo que se lhe iguasse ao ocorrido por ocasião de um almoço no quartel brasileiro. Verificou que os oficiais, antes de se servirem, conferiam a refeição de seus subordinados e todos comiam da mesma comida e ocupavam o mesmo refeitório.

Os Postos Avançados de Saúde Angola foram, inicialmente, enviados para UNAVEM III para prestar a assistência de saúde aos integrantes da Missão. Tal situação permaneceu até fevereiro de 1997, tendo um média mensal de 450 atendimentos e 300 exames laboratoriais. A partir de fevereiro de 1997, esses Postos passaram a realizar ações humanitárias, aumentando a média mensal para 1.500 atendimentos e 1.200 exames laboratoriais. Destaca-se que em abril de 1997, o Posto Avançado de Saúde passou a ser desdobrado em Luanda e a atender a demanda do Hospital Romeno que fora desativado, a média mensal se manteve. (HENNEMANN, 2000)

Segundo ROCHA (2000), nos Postos conduzidos pelos brasileiros, a população civil contava com a solidariedade de um povo irmão representado por militares do Exército e da Marinha, desde o início da missão. Esses, dentro das limitações de meios e de pessoal, recebiam os donos da terra com respeito e atentos aos seus compromissos de profissionais da área de saúde. Ainda cabe ressaltar que nos Postos de Saúde brasileiros o atendimento dispensado ao doente independia de sua patente ou graduação. Esse fato chamou a atenção de militares estrangeiros. Soldados indianos, do Zimbabwe ou do Brasil tinham o mesmo tratamento e cuidado médico dispensado a qualquer oficial.

Aqui pode-se observar um fator que seria empregado no sucesso da missão do Haiti, posteriormente. Por conta destes atendimentos e da atenção dispensada a cada pessoa, independente de quem fosse, militares brasileiros passaram a ser cumprimentados durante a execução de outras missões, tudo em agradecimento ao trabalho humanitário prestado anteriormente. Esse trato humanitário, ligado à Mão Amiga do EB, virou uma marca na MINUSTAH em tempo futuro, abrangendo bem mais que o apoio de saúde.

A população da região de Kuito e arredores havia sido, finalmente, conquistada. Não pelos fuzis ou canhões, mas pela fraternidade brasileira. Uma fraternidade que custou a vida de soldados brasileiros, vitimados pela malária. Um preito de respeito e saudade a esses jovens brasileiros se faz

necessário para que as novas gerações não vacilem em lhes imitar o gesto, certas do reconhecimento de seu povo. (ROCHA, 2000)

As missões citadas, as características da área de operações, as considerações logísticas, tais como a necessidade de relativa autonomia para fazer face à descontinuidade do apoio prestado pela ONU e a probabilidade das subunidades atuarem isoladas impuseram a constituição de uma Companhia de Serviços bem mais estruturada em meios de apoio logístico do que as comumente encontradas nas Unidades da Força Terrestre. Dentro deste contexto que as Companhias de Fuzileiros também receberam um reforço ao serem dotadas de um pelotão de comando de serviço. (FONSECA, 1997)

O efetivo de militares brasileiros foi muito significativo e permitiu ao Brasil demonstrar sua capacidade de mobilização de uma Força de Paz. Embora não tenha tomado maior proveito do fato de contribuir com o maior efetivo em presença, na UNAVEM III, a projeção do Brasil foi possibilitada pelo excelente desempenho desse contingente. Houvesse um brasileiro em função de mando e chefia de maior destaque, essa projeção seria maior. (ROCHA, 2000)

6.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

O Brasil participou de todas as missões em Angola e aceitou mandar tropas para a UNAVEM III, participando com o Btl de Infantaria e uma Companhia de Engenharia. A tropa teve aproximadamente 75 dias para se preparar, nesse período utilizou as experiências vividas pelos contingentes anteriores e da recém editada Instrução Provisória sobre Op Mnt Paz, além das orientações específicas da ONU. Todavia, as instruções ministradas foram bastante semelhantes às que o contingente brasileiro que foi para Moçambique recebeu.

Observou-se neste capítulo que o lapso temporal entre a ONUMOZ e a UNAVEM III foi fator facilitador tanto do preparo das tropas quanto do aprestamento para a missão. Porém, para o início da missão, ainda não se tinha uma doutrina ou procedimentos padrão estabelecidos pelo EB para instrução e preparação. Isso foi melhorado com a confecção de uma IP, durante a execução da UNAVEM III. Os relatórios dos diversos contingentes serviram de subsídios, tanto para a IP, quanto para o preparo do Batalhão seguinte.

Durante a UNAVEM III foi possível constatar a necessidade de um apoio logístico mais complexo para um Batalhão de Paz, tendo em vista minimizar contratempos com a ONU e facilitar o emprego descentralizado de frações caso necessário.

Novamente, o emprego das viaturas blindadas foi apontado como importante. A exposição das tropas a perigos, principalmente a Companhia de Engenharia, evidenciou que a proteção blindada pode evitar perdas humanas.

Quanto à preparação cabe apontar que a física e psicológica seguiam com deficiências, ainda que não interferissem no resultado da missão, poderiam ser aperfeiçoadas e mais bem conduzidas. Também pode-se constatar que o idioma seguia sendo fator complicador para a missão. Ainda que a língua local fosse outra, sempre se deveria dar atenção ao inglês, que é o idioma oficial da ONU.

Conclui-se, ainda, que foi durante a UNAVEM III que a vertente Mão Amiga surgiu como elemento decisivo para o sucesso da missão. Entendeu-se que ela podia e deveria ser bem explorada pelas tropas, bem como a fraternidade e facilidade de trato comum ao cidadão brasileiro.

Por fim, de maneira geral, é consenso entre os autores pesquisados que a UNAVEM III obteve sucesso. O que se exemplifica com as palavras de Marcos Augusto Costa Rocha:

Como ex-Observador de Paz, que permanentemente esteve avaliando a situação existente e verificando os resultados atingidos, é possível afirmar que o Batalhão de Força de Paz Brasileiro cumpriu sua missão de forma exemplar. O autor, para se tornar isento, vai empregar as observações anotadas de companheiros de outras nacionalidades. (ROCHA, 2000)

Todavia, poderia ser alcançada uma maior projeção de poder caso oficiais brasileiros de altos postos ocupassem posições de comando nos demais componentes da missão de paz.

7. A MISSÃO DO HAITI (MINUSTAH)

7.1 ASPECTOS GERAIS

A República do Haiti é um país localizado na Ilha “Hispaniola”, na América Central. A população é de aproximadamente 10,1 milhões de habitantes, possuindo uma densidade demográfica de 361,5 habitantes por quilômetro quadrado e um crescimento demográfico de 1,5% ao ano. A maioria dos seus habitantes vive em

áreas rurais (48,3%), e a cidade que possui maior concentração populacional é a capital Porto Príncipe, com cerca de dois milhões de habitantes. (MATTOS, 2016)

Além disso MATTOS (2016) acrescenta, O país faz fronteira com a República Dominicana e possui como idiomas oficiais o Francês e o “Creole”. Possui uma economia pouco desenvolvida, sendo o setor primário o principal responsável pela captação de receitas financeiras.

A sua localização na placa geográfica caribenha torna o Haiti propício a sofrer com atividades sísmicas. O seu território é, basicamente, constituído por montanhas, pequenas planícies costeiras e vales fluviais. A economia do Haiti gira em torno da agricultura e o seu relevo caribenho torna o turismo a atividade mais rentável. Apesar de exportar alguns produtos tropicais, como o cacau, depende fortemente de importações de produtos básicos, possuindo um grande déficit comercial. É considerado um dos países mais pobres do Hemisfério Ocidental e depende de ajuda externa, para movimentar a economia e a sua estrutura governamental. (NOGUEIRA, 2019)

Acrescentando ao relato de Nogueira, cabe destacar que o país também se encontra em uma posição que está dentro das principais rotas de furacões do Atlântico Norte. Inclusive, estes são frequentes no período chamado na ilha de “período dos furacões”, que vai de julho a outubro.

País com características peculiares no âmbito internacional, o Haiti pode ser caracterizado da seguinte maneira: primeira nação da América Latina e Caribe a conquistar sua independência; primeira república formada e povoada exclusivamente por negros; e único país independente predominantemente francófono das Américas (ROMÃO, 2012). Estas características terão grande influência na situação que compôs o cenário da missão da ONU no país.

Em 1801, o ex-escravo Toussaint Louverture tornou-se governador-geral do Haiti, mas, logo depois, foi deposto e morto pelos franceses. O líder Jean Jacques Dessalines, então, organizou um exército e derrotou os franceses, após uma intensa batalha, tornando-se o primeiro país “negro” a se tornar independente no mundo, em 1º de janeiro de 1804, e o 2º país das Américas, alguns anos após os EUA. Dessalines proclamou-se imperador. (MATTOS, 2016)

Da segunda metade do século XIX ao começo do século XX, 20 governantes sucederam-se no poder. Desses, 16 foram depostos ou assassinados. Tropas dos Estados Unidos ocuparam o Haiti entre 1915 e 1934, sob o pretexto de proteger os

interesses norte-americanos no país. Em 1946, foi eleito um presidente negro, Dusmarsais Estimé. Após a derrubada de mais duas administrações governamentais, o médico François Duvalier, conhecido como Papa Doc, foi eleito presidente em 1957. (MATTOS, 2016)

Em 1957, o Haiti iniciou um dos períodos mais sombrios de sua história. A ditadura de Duvalier governou o Haiti, sob punhos de ferro. Os seus opositores foram perseguidos e assassinados pelos meios estatais, que ele dispunha. A população imergiu na pobreza, devido às consequências da forte corrupção do governo. Duvalier governou até a sua morte, sendo sucedido pelo seu filho, Jean Claude Duvalier, o Baby Doc, que agravou a crise econômica do país. (NOGUEIRA, 2019)

Baby Doc manteve a truculência do pai e decretou estado de sítio, em 1986. Os protestos populares se intensificaram e ele fugiu com a família para a França, deixando em seu lugar o General Henri Namphy. Eleições foram convocadas e Leslie Manigat foi eleito, em pleito caracterizado por grande abstenção. Manigat governou de fevereiro a junho de 1988, quando foi deposto por Namphy. Três meses depois, outro golpe pôs no poder o chefe da guarda presidencial, General Prosper Avril. (MATTOS, 2016)

O mesmo autor acrescenta que depois de mais um período de grande conturbação política, foram realizadas eleições presidenciais livres em dezembro de 1990, vencidas pelo padre salesiano Jean-Bertrand Aristide, ligado à teologia da libertação. Em setembro de 1991, Aristide foi deposto num golpe de Estado liderado pelo General Raul Cedras e se exilou nos EUA. A Organização dos Estados Americanos (OEA), a ONU e os EUA impuseram sanções econômicas ao país para forçar os militares a permitirem a volta de Aristide ao poder.

Em maio de 1994, o Conselho de Segurança da ONU decretou bloqueio total ao país. Uma junta militar, por consequência, empossou um civil, Émile Jonassaint, para exercer a presidência até as eleições marcadas para fevereiro de 1995. Os EUA denunciaram o ato como ilegal e, em julho, a ONU autorizou uma intervenção militar, liderada pelos EUA. Em setembro de 1994, a força multinacional liderada pelos americanos entrou no Haiti para reempossar Aristide.

As estruturas do Estado haitiano foram se fragmentando, na medida em que líderes tomavam o poder. O povo, em meio a essas disputas, sofria com as consequências desses fatos, que se originavam em suas raízes históricas. Essa instabilidade criou as condições perfeitas para que uma crise social, política e

econômica se instaurasse. Em 1995, o então presidente Aristide resolveu dissolver o Exército Haitiano e deixar a defesa a cargo da Polícia Nacional. O envolvimento dos militares em fatos políticos foi a principal razão para a tomada dessa medida. (NOGUEIRA, 2019)

No período de 1994-2000, apesar de avanços como a eleição democrática de dois presidentes, o Haiti viveu mergulhado em crises. Devido à instabilidade, não puderam ser implementadas reformas políticas profundas. A eleição parlamentar e presidencial de 2000 foi marcada pela suspeita de manipulação por Aristide e seu partido. O diálogo entre oposição e governo ficou prejudicado. (MATTOS, 2016)

O Exército, dissolvido, reagrupou-se em milícias e, aos poucos, foram ganhando força nas cidades, buscando a sua projeção de poder e, assim, tal qual o antigo Exército regular, também se envolveram em tentativas de tomada do governo. O Sistema eleitoral, por sua vez, também sofreu com tais reflexos. A alternância desordenada de líderes, após sucessivos golpes, não permitiu que o país usufrísse de eleições livres e justas, resultando em um sentimento de baixa representatividade. (NOGUEIRA, 2019)

Em fevereiro de 2004, ex-integrantes do exército haitiano (“tontons macoutes”) deram início a um levante militar em Gonaives, espalhando-se por outras cidades nos dias subsequentes. Gradualmente, os revoltosos assumiram o controle do norte do Haiti. Apesar dos esforços diplomáticos, a oposição armada ameaçou marchar sobre Porto Príncipe, onde se preparava uma resistência pró-Aristide. (CAVALCANTI, 2014)

A rebelião chegou também na capital, com a participação de gangues urbanas que atuaram com violência contra a população e colocaram barricadas nas ruas para impedir a circulação de veículos e pessoas, acarretando a deterioração completa da ordem em Porto Príncipe. (ROMÃO, 2012)

O Conselho de Segurança da ONU (CS ONU) concluiu que a situação no Haiti constituía ameaça para a paz internacional e a segurança na região. Nesse sentido, o CS ONU aprovou o envio da Força Multinacional Interina (MIF), liderada pelo Brasil, que prontamente iniciou seu desdobramento. Assim, estabeleceu a MINUSTAH, que assumiu a autoridade exercida pela MIF em 1º de junho de 2004. Para o comando do componente militar foi designado o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, do Exército Brasileiro, como “Force Commander”. O efetivo autorizado para o contingente militar era de 6700 homens, oriundos dos seguintes países contribuintes: Argentina,

Benim, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Chile, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Portugal, Turquia e Uruguai. (MATTOS, 2016)

A atuação da MINUSTAH estava dentro dos parâmetros que levariam o país a um período de estabilização. Como o país foi pacificado, as gangues urbanas já não se constituíam em ameaça. O início da fase de “construção da paz” possibilitou a realização de um processo eleitoral que se concluiu, com René Prével eleito presidente, em fevereiro de 2006. (ROMÃO, 2012)

7.2 A MISSÃO

As autoridades haitianas consentiram a implantação da Missão pela ONU. O Capítulo VII autorizava o uso da força letal para situações além da legítima defesa própria e de terceiros, evidenciando a necessidade de se fazer cumprir o mandato da missão. A MINUSTAH foi uma missão de paz multidimensional, formada por componentes militares, policiais e agências civis de diversas origens, atuando de forma integrada. (MATTOS, 2016)

A concepção de uma missão de paz de caráter multidimensional, como o estabelecido para a MINUSTAH, pressupõe que os efetivos supracitados atuem harmonicamente, não só para manter a paz e a segurança, mas também para facilitar o processo político, proteger civis, assistir às atividades de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR), apoiar a organização de eleições, promover direitos humanos, restaurar o sistema jurídico, entre outras atividades no processo de paz. (PINTO, 2017) Com isso, estava caracterizada uma missão de 5ª geração, conforme visto no capítulo 1 deste trabalho, que se constitui de uma missão híbrida, muito além da simples implantação da paz.

A resolução 1542, que originou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, representou um desafio nacional, pois exigiu um grande desdobramento de tropas, em solo estrangeiro. O Brasil foi escolhido para comandar um Exército composto por vários países, que possuíam culturas e procedimentos distintos. Adequar-se aos novos contextos, que o combate moderno exige, e buscar uma coordenação coesa com as nações comandadas representou um desafio enfrentado com muito esforço e perseverança. (NOGUEIRA, 2019)

A missão principal da MINUSTAH era restabelecer a ordem constitucional, impedindo que grupos insurgentes tentassem novamente tomar o poder e dominar

regiões do país, estando autorizada a utilizar a força necessária para impedir essas ações. Como missões subsidiárias deveria apoiar as ações governamentais de desenvolvimento do país, realizar ações de ajuda humanitária, criar condições para a realização de eleições livres e imparciais e realizar a reestruturação e o treinamento da Polícia Nacional do Haiti. (BASTOS, 2007)

NOGUEIRA (2019) aponta que dentre os objetivos iniciais, destacam-se: Estabelecer um ambiente seguro e estável, que proporcione um processo político e constitucional ao governo de transição; Assistir ao governo, na reestruturação da Polícia Nacional Haitiana, reorganizando a sua estrutura, auxiliando no treinamento de seu pessoal, tudo a partir dos princípios de uma polícia democrática, bem como o monitoramento de seus membros; Auxiliar o governo, particularmente a PNH, no processo de desmobilização e desarmamento de todos os grupos armados e sua reintegração à sociedade, incluindo as mulheres e as crianças associadas a esses grupos; Restaurar e manter a lei e a ordem no Haiti, a segurança pública e a ordem pública; Proteger as Nações Unidas, o seu pessoal, instalações, equipamentos e promover a segurança e a liberdade de movimento; Proteger os civis, de um prenúncio de violência; Apoiar o processo constitucional e político, em curso no Haiti, valendo-se de bons ofícios; Promover eleições livres e justas, a partir de assistência técnica, logística, administrativa e de segurança, com uma participação representativa dos eleitores; Alargar a autoridade do Estado, em todo Haiti, e apoiar a boa governança, nos níveis locais; Apoiar o governo de transição, na promoção dos Direitos Humanos, em especial, na proteção das mulheres e crianças, a fim de assegurar a responsabilização individual e a reparação das vítimas; Investigar as violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, para pôr fim à impunidade; Reformar e reestruturar o sistema judiciário haitiano.

A MINUSTAH foi dividida em 4 fases e, ao longo de sua duração, viveu momentos críticos, que provocaram mudanças sensíveis na Força Terrestre. (NOGUEIRA, 2019)

- 1º Fase: Estabilização (junho de 2004, até o 1º semestre de 2007). Compreende o período em que as tropas desembarcaram em Porto Príncipe e se desdobraram no terreno. Nesse momento, foi fundamental o correto entendimento das regras de engajamento, que norteavam a missão, diferentes da realidade enfrentada, em outras missões sob o Capítulo VI. Ocorreu a ocupação das bases Alfa e Bravo, da Universidade do Haiti e do Forte Nacional.

- 2º Fase: Operações e estruturação (2º semestre de 2005, até o 1º semestre de 2007) Nessa fase, uma postura para assegurar um ambiente seguro e estável foi adotada. O uso da força letal foi empregado, sob o respaldo do capítulo VII, da Carta. Os componentes da Força de Paz foram de encontro às gangues, buscando desarticular os principais grupos da área de operações. Nesse período, ocorreu a pacificação de Bel Air, Cité Militaire, Cité Soleil, a conquista de Blue House, Drouillard, Bois Neuf e a ocupação da Base Charlie.

3º Fase: Terremoto (2º semestre de 2007, até 12 de janeiro de 2010) Período de forte interação entre o componente militar, o policial e o civil. No Haiti, ocorreram as eleições para o Senado, evidenciando essa cooperação. As operações passaram a ter uma maior coordenação com os outros componentes envolvidos na missão, buscando consolidar as conquistas da fase anterior. O contato com a população haitiana foi fortalecido, a partir da forte atuação de ONG's e ações cívico-sociais.

- 4º Fase: Reestruturação e desenvolvimento (12 de janeiro de 2010, até fins de 2017) Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de magnitude 7.0 na escala Richter atingiu o Haiti, provocando um grande número de mortes. Naquele momento, todo o trabalho realizado, ao longo da missão, pareceu estar perdido. A rápida resposta dos elementos operativos brasileiros, durante desastre, e o reforço de um segundo BRABATT causaram uma fortíssima impressão na ONU e na comunidade internacional. Naquele momento, o Brasil mostrou domínio na capacidade de mobilização de efetivos, reforçando o contingente, antes mesmo de outras nações (NETO, 2017).

Nessa última fase, o desastre provocou um grande deslocamento de refugiados, em direção à capital. Destacou-se o contato interagências. Em meio à crise, foi estritamente necessário que os órgãos se envolvessem, de forma coordenada, com o intuito de salvar vidas. Esse acontecimento é visto como um marco na operação e, partir dele, a missão focou em reconstruir o que havia sido perdido, com a catástrofe. (NOGUEIRA, 2019)

7.3 TROPA EMPREGADA, INSTRUÇÃO E EMPREGO

No Brasil ainda não havia um sistema que promovesse uma preparação específica para os militares engajados com a missão. As diretrizes que direcionavam tal preparo estavam baseadas em experiências anteriores, totalmente distintas da

realidade haitiana. Naquela época, as Forças Armadas davam os primeiros passos, no cumprimento das atribuições subsidiárias, na coordenação com outros elementos militares e não militares. Para a sociedade, era algo inédito. (NOGUEIRA, 2019)

Contudo, devido ao tempo prolongado que a missão durou (13 anos), isso foi modificando conforme se substituíam os contingentes. O próprio surgimento do CCOPAB (Centro de Conjunto de Operações de Paz do Brasileiro) foi um grande passo dado pelo Brasil no caminho da efetiva consolidação e participação em missões deste tipo. Tal fato colabora com aspirações políticas da nação de ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

Atualmente, o CCOPAB dispõe de uma estrutura, que oferece cursos e estágios, em diversas plataformas. É um Centro, que busca a integração e a cooperação entre elementos civis, das Forças Armadas, das Forças Auxiliares e de nações amigas. A sua equipe de instrutores é dotada de profissionais competentes, oriundos de vários segmentos do país, de nações amigas e com experiências reais, em missões internacionais. (NOGUEIRA, 2019)

Nos primeiros meses de 2004, foi realizada uma viagem de reconhecimento interforças ao Haiti, por cerca de duas semanas, organizada pelo Ministério da Defesa, resultando em um planejamento para o possível desdobramento das tropas brasileiras. Houve um rápido engajamento do Brasil no Haiti, prevalecendo a vontade maior de fornecer a capacidade nacional à um país degradado social e economicamente. (YUASSA, 2018)

O primeiro grupo de nove militares oficiais brasileiros integraram o Estado-Maior da Força Militar da MINUSTAH, materializando o início da efetiva e direta participação das Forças Armadas brasileiras por 13 anos, representando a mais importante participação brasileira nas operações de paz da ONU. (BRAGA, 2017)

Ainda segundo BRAGA (2017), todo o pessoal e material do contingente foi deslocado para o Haiti utilizando exclusivamente meios de transporte das Forças Armadas Brasileiras, assegurando plena capacidade de transporte. O planejamento conjunto no início da missão permitiu que o Brasil mostrasse ao mundo sua organização, profissionalismo e capacidade de projeção de poder.

Durante o cumprimento do mandato da MINUSTAH, o Exército passou por sensíveis mudanças, que refletiram no desenvolvimento de um modo brasileiro de operação. Esses reflexos atingiram, não só os contingentes envolvidos diretamente na missão e, sim, todo o Exército, aprimorando as suas técnicas e proporcionando

lições práticas de conceitos, que estavam circunscritos, no campo das ideias e dos manuais. (NOGUEIRA, 2019)

O efetivo empregado variou ao transcorrer da missão. Iniciou como um grande Batalhão, o chamado BRABATT, que depois foi sendo reduzido. Após o terremoto de 2010, houve a ativação de um segundo batalhão, neste período ficaram conhecidos como BRABATT 1 e 2. O artigo “La Participación de Brasil en la Minustah (2004-2017)”, da Dra Eduarda Passarelli Hamann e do Coronel Carlos Augusto Ramires Teixeira, aponta que, ao todo, foram cerca de 37 mil militares empregados na missão.

O preparo, que seguiu inicialmente a IP feita durante a UNAVEM III, ganhou acréscimo de requinte conforme os contingentes eram substituídos. O CCOPAB, já citado, contribuiu para este aperfeiçoamento. Ao término da missão o Exército Brasileiro já possuía dois estágios preparatórios, o básico e o avançado, EBOP e EAOP (Estágios Básico e Avançado de Operações de Paz).

Para manter um ambiente de segurança e estabilidade, o BRABATT buscou sufocar as forças adversas, pelo princípio de negação do território ao inimigo, que consistia, basicamente, na realização de uma série de atividades constantes e ininterruptas. A presença ostensiva da tropa desencorajava, cada vez mais, as ações criminosas e, muitas vezes, resultava no engajamento direto, com o uso da força letal. Dentre as principais atividades realizadas pelo contingente brasileiro, destacaram-se:

- Patrulhamento diurno e noturno a pé, motorizado ou mecanizado, por todos os pontos da cidade;
- Escolta e segurança de comboios, que promoviam ajuda humanitária e de autoridades;
- Segurança de instalações do governo e de pontos sensíveis;
- Segurança de autoridades, do Primeiro Ministro e do Palácio Presidencial;
- Pontos de bloqueio e controle de estradas (checkpoint), pontos fortes e pontos de controle;
- Operações de controle de distúrbios civis e proteção de manifestações populares;
- Operações de inteligência, operações especiais, operações psicológicas e de apoio à informação;
- Operações militares de grande envergadura, contra as gangues armadas, em coordenação com outras agências;

- Ações cívico-sociais, estimulando o contato entre o público haitiano e a Força de Paz, em coordenação com as ONG's;
- Ajuda humanitária, distribuição de alimentos e assistência médico-hospitalar;
- Ações humanitárias, em desastres naturais. As forças de paz serviram como instrumento de resposta, no socorro à população civil atingida por ações da natureza;
- Reconstrução de estradas e instalações, perfuração de poços, manutenção de heliportos e terraplanagem pela engenharia (BRAGA, 2017)

O Exército, que outrora estava dedicado ao treinamento de exercícios de campanha para uma possível, senão pouco provável, agressão estrangeira, imergiu em uma situação complexa, que o levou a um ambiente de inserção de amplo espectro. Esse contexto exigiu que os militares adaptassem os conceitos aprendidos em manuais e os adequassem à nova realidade. (NOGUEIRA, 2019)

Outro campo importante, no que compete o cumprimento dos objetivos, durante a missão no Haiti, foi a conquista de corações e mentes da população haitiana. As ações cívico-sociais desempenharam papel fundamental, na aceitação das tropas brasileiras, em sua área de operações. Proporcionaram, ao soldado, uma melhor compreensão das carências do povo e resultaram numa promoção de valores. O papel das ONG's, durante a MINUSTAH, em conjunto ao componente militar, foi um fator que multiplicou a correspondência étnico-social, entre a tropa e a população (MENDONÇA, 2017).

A engenharia militar, no Haiti, foi um instrumento de integração e de desenvolvimento. Contribuiu, fortemente, para a projeção internacional do Brasil. Durante toda a missão, encontrou terreno perfeito para pôr em prática os seus conhecimentos e aperfeiçoá-los. Conduziu inúmeras obras, que geraram fortes impactos positivos, na população local, ao empregar, também, a mão de obra ali disponível. Reconstruiu inúmeras estruturas e trouxe de volta, aos haitianos, o acesso a recursos básicos, como a água potável (VERDE OLIVA, 2009). Além disso, a desobstrução e recuperação de vias foi outro ponto forte que caracterizou o trabalho da Engenharia Brasileira.

Adentrar nas favelas/comunidades haitianas, sem proteção blindada, era algo impensável. Os Urutus, denominação das Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (VBTP), foram fator crucial, na conquista dos objetivos, dentro das localidades. Proporcionaram proteção blindada, relativo conforto aos militares embarcados e rapidez nos deslocamentos. Os fuzileiros permaneciam em sistema de

rodízio, entre a escotilha e o banco, durante as patrulhas. A cada militar era determinado um setor de tiro. (NOGUEIRA, 2019)

Segundo o mesmo autor, o uso de armamentos menos letais e o treinamento para Operações de Controle de Distúrbios sempre estiveram presentes, nos programas de treinamento para a MINUSTAH. Escopetas de calibre 12, com munições de elastômeros, spray de pimenta, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo se tornaram dotação das Forças de Paz. Posteriormente, estes conceitos foram trazidos para o Brasil e empregados em missões de Garantia da Lei e da Ordem, como a intervenção no Complexo do Alemão. Além disso, este tipo de armamento tornou-se mais presente nos serviços diários de segurança das Organizações Militares.

Outra mudança referente a este emprego foi a do fuzil 5,56mm. As distâncias de engajamento, no Haiti e em outros ambientes urbanos, variavam de 6 a 15 metros e as dimensões do Para-FAL dificultavam a realização de disparos, no interior de becos e vielas. Essa demanda impulsionou o projeto nacional de desenvolvimento do fuzil IA2 e o último contingente a integrar a missão de paz já estava dotado de tal armamento. (NOGUEIRA, 2019)

As VBTP, na medida do possível também acompanhavam a tropa a pé, para fornecer proteção blindada e ser protegida, pelos que seguiam a pé, contra ações de proximidade. Mais uma vez, em uma missão de paz, a viatura mecanizada se mostrou de extrema eficácia. Isso acabou gerando mudanças no EB, surgiram as organizações de Infantaria Mecanizada.

NOGUEIRA (2019) também cita que a utilização de câmeras digitais permitiu que as patrulhas fossem acompanhadas, em tempo real, pelo escalão de comando. Esse suporte proporcionou o levantamento de informações, a respeito das áreas patrulhadas e respaldou a autodefesa das tropas, sob a luz do uso proporcional da força. Acopladas ao capacete balístico, estavam juntas aos militares, na linha de frente, ajudando na identificação das causas de distúrbios, na obtenção de provas e na identificação dos criminosos.

O Ponto Forte foi um tipo de ação realizada pela tropa, que visa ocupar um ponto dentro de uma área vermelha, região controlada pela força adversa e, a partir disso, marcar presença e exercer controle sobre essa área. Esse ponto é uma instalação com limitada capacidade de alojamento dos militares. A partir dele, podem

ser lançadas patrulhas, de forma a irradiar o poder, na determinada área. (NOGUEIRA, 2019)

7.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

Conclui-se, sobre a MINUSTAH, que foi a maior e mais organizada missão desempenhada pelo Brasil. O aproveitamento de ensinamentos da ONUMOZ e UNAVEM III, que não haviam sido executadas há tanto tempo, como o que aconteceu entre a missão de Suez e a de Moçambique, auxiliaram no início da missão, que ganhou um vulto nunca esperado pela nação, até então.

Ao analisar a percepção da maioria dos autores que escreveram sobre o tema, pode-se concluir que foi de imenso êxito e proveito, não só para o EB, como para a nação brasileira. Alguns exemplos podemos citar.

Aceitar o desafio em prol da Paz projetou o Brasil, no cenário internacional, como difusor dos propósitos pacíficos presentes na Carta ONU e em sua constituição. Os efeitos, que afetaram a Força Terrestre, não se limitaram apenas ao nível tático; os seus reflexos atingiram o campo político e, principalmente, a sociedade haitiana. (NOGUEIRA, 2019)

O autor ainda acrescenta, as ações da MINUSTAH conseguiram devolver, ao Haiti, os padrões mínimos de estado de bem-estar social. As obras de engenharia, as ações cívico-sociais e, também, as operações militares contribuíram para que, aos poucos, a situação de normalidade fosse restabelecida. Nesse contexto, a sociedade passou a ter esperanças, na construção de um futuro melhor, diante de um ambiente pacífico e um pouco mais democrático.

A MINUSTAH é considerada como um caso de sucesso, pela ONU. Alçou o Brasil a um status de especialista, em operações de paz. A vocação pacífica, presente em nossa cultura, e o comprometimento das pessoas envolvidas na missão foram de grande valia para a aquisição desse status. Foi o laboratório, que desenvolveu o soldado brasileiro e o promoveu, no cenário internacional (MENDONÇA, 2017).

Avanços significativos foram alcançados para o exercício das missões constitucionais impostas ao nosso exército, como a criação de um centro de excelência em missões de paz, o CCOPAB; a inclusão do armamento IA2 ao material de dotação do Exército; a melhor utilização da espingarda calibre 12 e das munições menos que letais em missões de garantia da lei e da ordem; a adoção da Infantaria Mecanizada; entre outras.

Desta forma, cabe destacar que a participação do Brasil na missão de estabilização do Haiti, favoreceu ao intuito de alcançar um lugar de destaque na ONU, bem como contribuiu para o cenário nacional, o que ficou evidente em missões como a de intervenção no Complexo do Alemão. Com isso, foi aberta a porta que poderá ser aproveitada para uma maior projeção de influência no cenário internacional.

8. CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou algumas missões em que o Brasil participou apoiando a ONU na manutenção da paz mundial. Em particular, abordou-se aquelas que envolveram considerável contingente e logística de preparação e emprego. Abordou-se tudo de forma cronológica, seguindo de Suez (1956) ao Haiti (2004).

A intenção foi fazer um enlace histórico que possibilitasse verificar a pertinência de se empregar tropas constituídas em missões de paz, a cargo de organismos internacionais no futuro. Desta forma foi feita uma pesquisa que buscou juntar conhecimentos sobre as principais missões de paz cumpridas pelo Exército Brasileiro e os impactos cronológicos de cada uma destas em missões posteriores.

Como conclusão pode-se inferir que, para um país pacífico, que almeja um assento num Conselho de Segurança internacional, as missões de manutenção de paz são um caminho amplo para alcançar tal objetivo.

Pode-se perceber que os vácuos de tempo podem causar perdas significativas no conhecimento necessário para o emprego das tropas, o que ficou evidente quando foi abordada a ONUMOZ. Outra observação importante é de que o aproveitamento do efetivo permanente das Forças Armadas favorece à retenção destes conhecimentos, bem como a uma melhor disseminação e aperfeiçoamento, fato que não foi potencializado durante a missão de Suez.

Suez serviu como ingresso neste ambiente tão rico e deixou resultados nítidos no campo da valorização do material humano nacional. Além disso, fez despertar a percepção sobre as necessidades de interações internacionais pertinentes a missões deste tipo. Como foi a primeira participação do país neste tipo de missão, a preparação foi empírica, com base nas orientações que vieram da ONU e do Estado-Maior do Exército. Contudo, selecionou militares reservistas e que não foram reaproveitados após o cumprimento da missão, deixando assim que alguns conhecimentos se perdessem com o tempo.

A ONUMOZ mostrou, além da necessidade de se manter vivos os ensinamentos anteriores, a importância de uma logística mais robusta para efetivos que fossem desempenhar missão com a ONU. Para ida a Moçambique ainda seguimos o modelo empírico, baseado em orientações da ONU e do EME. Porém,

como a UNAVEM surgiu logo em seguida, a perda de conhecimento não foi tão grande, favorecendo ao cenário futuro.

O emprego em Angola, na UNAVEM III, possibilitou juntar conhecimentos, formar as primeiras bases doutrinárias sobre missões de paz, visualizar a importância da engenharia em missões em ambientes hostis, identificar a vantagem de emprego de viaturas mecanizadas blindadas, como o URUTU, além de possibilitar aperfeiçoamento a cada rodízio de contingente e o acúmulo de experiências em quadros das Forças Armadas Brasileiras. Ainda que se tenha saído sem um preparo bem direcionado, como a missão teve vários contingentes, isso foi sendo aperfeiçoado com o tempo. O efetivo profissional foi aproveitado para passar ensinamentos de um contingente para outro, favorecendo a produção de uma Instrução Provisória capaz de orientar missões futuras.

No Haiti viu-se a maior missão, não só em tempo como em efetivo empregado (total e por contingente). A MINUSTAH galgou êxito perante a ONU, nações vizinhas e frente ao público nacional também. A preparação já seguiu alinhada com os ensinamentos colhidos na ONUMOZ e UNAVEM III. Além disso, já havia produção documental favorável a uma boa preparação da tropa. O emprego foi impecável e resultou em mudanças estruturais no EB de forma significativa, em especial a criação do CCOPAB, tudo possibilitando um melhor emprego de tropas, inclusive em território nacional, como se evidenciou no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão. A inserção do fuzil IA2, da adoção de câmeras para filmar a ação das tropas e o emprego da Infantaria Mecanizada são outros exemplos de mudanças que passaram por influência da missão no Haiti.

Conclui-se, ainda, que a 5ª geração de missões já é uma realidade e deve ficar mais complexa a cada nova missão. A combinação de componentes militares, humanitários, políticos e econômicos tende a crescer com o tempo. Não se pode mais pensar o emprego de tropas sem visualizar os efeitos colaterais e a estruturação para a futura desmobilização do componente militar.

Por fim, conclui-se que as missões de paz envolvendo tropas de considerável valor são favoráveis ao desenvolvimento da nação e das Forças Armadas, além de projetarem imagem e influência do país em cenário internacional. Desta forma, indica-se que deve ser objetivo do EB incluir-se em uma nova missão semelhante à do Haiti, para evitar a perda de conhecimento e manter o efetivo capacitado ao cumprimento de suas missões constitucionais.

REFERÊNCIAS

BACHTOLD, Celso, A Comissão de Cessar-Fogo da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), 1996.

BASTOS, Marcos Augusto Costa, A Evolução da Preparação Operacional das Tropas Brasileiras de Força de Paz de Moçambique ao Haiti: Uma Constatação Histórico-Científica, 2007.

Batalhão Suez: a História do Brasil na Primeira Missão de Paz da ONU, Disponível no canal Sala de Guerra, do YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=46Oax8q_C6M>

BRAGA, Carlos Chagas Vianna, Os Desafios Iniciais da Participação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH., 2017.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. Os 10 anos de Minustah e o CCOPAB. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB). 2014.
CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, ONU, 1948, Ed. 2001.

COSTA, José Airton Alves da, Ensinaamentos Colhidos da Participação do Exército Brasileiro em Forças Internacionais, 1981.

COUTINHO, Roberto Ferreira de Azeredo, Emprego de Forças Brasileiras em Operações Extraterritoriais Atuação do Btl Suez, 1979.
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ECEME, Manual de Elaboração de Projeto de Pesquisa na ECEME, 2012.

FONSECA, Denilson Alves da, Apoio Logístico Para um Batalhão de Força de Paz – ONU, 1997.

FREITAS, Franklimberg Ribeiro de, A Experiência Brasileira na Operação de Paz em Moçambique: Contribuições Para a Elaboração de Uma Doutrina Brasileira, 1997.

GONÇALVES, I. A.; MANDUCA, P. C. A Organização Militar e a Natureza Política de um Missão de Paz: Um Estudo de Caso sobre UNAVEM III. São Paulo: [s.n.], 2008.

HAMANN, Eduarda Passarelli; TEIXEIRA, Carlos Augusto Ramires, La Participación de Brasil em la MINUSTAH (2004-2017): percepciones, lecciones y prácticas relevantes para futuras misiones, 2017.

HENNEMANN, Norberto Vilas Bôas, A Atuação do Exército Brasileiro na República de Angola, 2017.

JOSÉ, J. A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

JÚNIOR, Jacy Barbosa, O Emprego das Forças Armadas em Operações de Paz e Humanitárias: O Contributo da CPLP, 2017/2018.

KENKEL, Kai Michael, Five Generations of Peace Operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”, 2013.

MATTOS, Sérgio Alexandre Saldanha Leite Rezende de, Preparação de Militares para Missões de Paz em Países Distintos: uma Comparação entre a MINUSTAH e a UNIFIL, 2016.

MENDONÇA, Marcos Venicio, Brasil no Haiti, um Caso de Sucesso: uma Análise da Missão Brasileira no Haiti, 2017.

NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu. O Processo político angolano da independência aos dias atuais, uma visão conjuntural. Rio de Janeiro, 1996.

NETO, Floriano Peixoto Vieira. Epopeia Militar Brasileira no Haiti. A participação do Brasil, na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões (Igarapé/CCOPAB), 2017.

NOGUEIRA, Pedro Alves, O Saldo das Missões Internacionais de Paz para o Brasil: Uma Análise Sobre os Efeitos Provocados pela MINUSTAH, na Força Terrestre, 2019.

PACHECO, Fábio Cordeiro, O Brasil na MINUSTAH e o seu Aumento de Projeção no Cone Sul, 2012.

PELISSIER, René. História das Campanhas de Angola: resistências e revoltas. 2.ed. São Paulo: Estampa, 1997.

PINTO, Marcelo Alves, Os Atuais Desafios da Atuação do Force Commander Frente à Diversidade de Nações no Componente Militar da MINUSTAH, 2017.

RAM, Sunil. The History of United Nations Peacekeeping Operations Following the Cold War: 1988 to 1996. 1.ed. Nova Iorque: UNITAR – POCI, 2006.

REZENDE, Lucas Pereira; AZEVEDO, César Augusto Lambert de, Sobre o Sistema de Segurança Coletiva e a Legitimidade das Operações de Paz da ONU. Revista Carta Internacional, Vol. 6, nº 1, 2011.

ROCHA, Gil Herminio, Análise da Atuação do Contingente Brasileiro em Angola e Sugestões Para Missões de Paz Futuras, 2000.

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser, O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz, 2017.

ROMÃO, Cesar Henrique, A Coordenação Civil-Militar (CIMIC) na Força de Paz Brasileira da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH) Como um dos Instrumentos da Política Externa do Brasil para o Haiti, no Período Pós-Terremoto, 2012.

SILVA, Lélío G. R. da. Uma Missão de Paz na África.1.ed. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2005.

SOUTO MAIOR, A. História Geral.23.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1982.

VISENTINI, P. F. As Relações Brasil-Angola: Pivô da Diplomacia Africana. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

YUASSA, Gabriela Casal Santos, A Ação das Forças Armadas no Haiti – MINUSTAH, 2018.

ZERBO, J.K. História Geral da África.1.ed. São Paulo: Ática, 1983.